

MARCELO SANTOS

MERCOSUL: INTEGRAÇÃO REGIONAL E GLOBALIZAÇÃO

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento de
Sociologia do Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas,
sob a orientação do Prof. Dr.
Octavio Ianni.

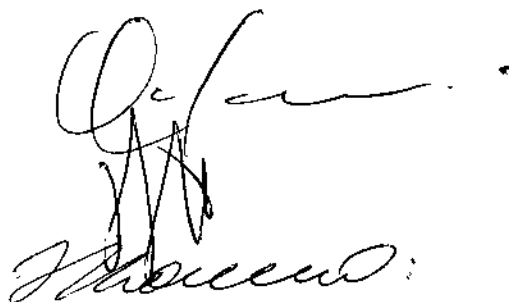
Este exemplar corresponde à
Redação final da dissertação
Defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
24/11/1999

Prof. Dr. Octavio Ianni (orientador)

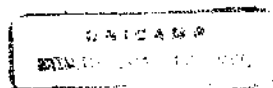
Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Prof. Dr. Renato José Pinto Ortiz (suplente)



Novembro de 1999



610000019

UNIDADE	8C
N.º CHAMADA:	
V.	Ex.
TOMBO HC/	40266
PROC.	278/00
G.	D. <input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	01/03/00
N.º CPD	

CM-00135993-0

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

As 59 m Santos, Marcelo
Mercosul: integração regional e globalização / Marcelo Santos.
- - Campinas, SP : [s. n.], 1999.

Orientador: Octavio Ianni.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mercosul. 2. Integração econômica. 3. Globalização.
4. Estado Nacional. I. Ianni, Octavio. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Para Vilma, Pedro, Carmen e Rogério.

Agradecimentos

Gostaria inicialmente de agradecer os vários amigos que de uma forma ou de outra procuraram incentivar o desenvolvimento deste meu trabalho. Em especial, devo destacar Renato Ramos Martini, Wagner Taveira da Silva e Adriano Di Nardo, que estiveram acompanhando este trabalho do início ao fim.

Pelas diversas discussões e contribuições, quero agradecer aos amigos professores: Prof. Dr. Milton Lahuerta e aos doutorandos Carlos Henrique Gileno e Rogério Baptistini Mendes.

À banca do Exame de Qualificação (Prof. Dr. Ricardo Antunes e Prof. Dr. Renato Ortiz). Agradeço não só as observações feitas, como as sugestões, que espero ter aproveitado.

No desenvolvimento dessa dissertação, duas instituições foram fundamentais no sentido de oferecer as condições materiais e intelectuais. Expresso minha gratidão à CAPES e à universidade pública e gratuita (UNICAMP).

Por fim, gostaria de expressar a minha imensa gratidão ao educador Octavio Ianni, que pacientemente tem contribuído de forma decisiva para o aperfeiçoamento de minha formação acadêmica.

SUMÁRIO

Prefácio	1
I. O Contexto Econômico Mundial e o surgimento do MERCOSUL	4
1. A emergência das grandes empresas	5
2. A emergência do Capital Financeiro	13
3. O Globalismo	19
4. O Ajuste Global e a América Latina	29
5. A emergência dos Blocos Econômicos e o MERCOSUL	34
II. A Integração Regional no Cone Sul: O MERCOSUL	40
1. Breve Histórico das Relações Brasil – Argentina	40
2. O MERCOSUL	53
III. MERCOSUL, Estados Nacionais e Globalismo	74
1. Globalização e Estados Nacionais	74
2. Estados Nacionais e Integração Regional	78
3. Grandes Empresas e Integração Regional	82
IV. Integração Regional e Desintegração Nacional	96
Bibliografia	103

Prefácio

As reflexões feitas nas páginas que seguem procuram abordar um complexo fenômeno social que desafia o pensamento latino-americano neste final de século. Refiro-me ao processo de integração regional em curso no Cone Sul, denominado MERCOSUL.

Os acontecimentos econômicos do final do século XX assinalam para os países do Cone Sul diversos desafios. Eles marcam tanto um momento de transformações nas condições de acumulação capitalista no âmbito do sistema mundial como iniciam em todos os níveis, social, político e econômico, uma nova fase de inserção internacional dos países periféricos.

A nova dinâmica do capitalismo mundial em curso nas últimas décadas tem colocado em causa o Estado Nacional, sobretudo dos países periféricos. Neste horizonte, é que ressurge o tema da integração regional no Cone Sul. O estudo do MERCOSUL pode ser capaz de revelar facetas importantes do contraponto que envolve globalização e Estados Nacionais. A preocupação dessa dissertação é discutir essa problemática que envolve Nação, Região e Globalização no Cone Sul.

Para tanto, esta dissertação está composta de quatro capítulos autônomos, formando um conjunto que no fundo está amarrado, por uma mesma preocupação:

como vem sendo equacionado o dilema que envolve a globalização e suas injunções aos Estados Nacionais dessa região.

No primeiro capítulo, a luz de contribuições importantes como as obras *O Capitalismo Tardio* de Ernest Mandel e *Transformações e Crise na Economia Mundial* de Celso Furtado, busca-se compreender os aspectos essenciais que particularizam a economia mundial nas últimas décadas. Além disso, está em questão o ajuste global gestado nos EUA e a inserção dos países Latino-Americanos neste processo. Sob esse aspecto, cabe lembrar as importantes contribuições de Maria Conceição Tavares e José Luis Fiori. Esses autores e muitos outros contribuíram para a problematização da referida questão central desta dissertação.

No segundo capítulo, não nos limitamos apenas a uma descrição dos fatos históricos que envolvem a formação e o desenvolvimento do MERCOSUL, mas, mais do que isso, o que está posto é uma análise crítica dos atores sociais envolvidos neste processo. Cabe notar ainda sobre este capítulo, que a análise desenvolvida privilegiou de um modo geral as relações Brasil-Argentina. Isso se explica, pela posição ocupada por estes países no processo evolutivo do MERCOSUL. Dadas as fortes assimetrias econômicas entre os países da região, essa dissertação não se trata de um estudo comparativo, o que implicaria numa série de análises regionais. O que está em questão é o processo de integração como um todo.

O capítulo terceiro, amplamente articulado com os anteriores, constitui uma reflexão sobre o tema central, com a análise de diversos dados. No contraponto

globalização, região e nação, as contribuições de obras como *A Mundialização do Capital* de François Chesnais e *A Globalização da Pobreza: impactos das Reformas do FMI e do Banco Mundial* de Michel Chossudovsky foram fundamentais para essa análise.

Por fim, o quarto capítulo, na esteira do terceiro, propõe uma reflexão conclusiva, já apontando para futuros trabalhos.

I. O Contexto Econômico Mundial e o surgimento do MERCOSUL

Muita coisa mudou desde 1945 quando da montagem do sistema econômico internacional sob a hegemonia norte-americana. Quem observa o atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista, não deixará de perceber que ele não carrega mais as características da ordem internacional que se passara no pós-segunda guerra.

O estudo da nova realidade capitalista - gestada nas últimas décadas pelo incessante processo de acumulação e internacionalização dos capitais - constitui o contexto que particularmente nos interessa neste momento. Uma nova realidade econômica vem se consolidando a partir das grandes transformações que estão ocorrendo nos campos tecnológico, organizacional, político, comercial e financeiro. Essas transformações, ao interagirem de forma contínua e dinâmica, acabam provocando uma completa reorganização espacial da atividade econômica e tecnológica aliada a uma forte hierarquização política de suas instâncias decisórias.

Todo esse universo de transformações produz modificações nas condições sob as quais os povos do cone-sul podem tanto se organizar como se desenvolver. Nesse sentido, a emergência do tema da integração regional se produz no contexto das mencionadas transformações, as quais - no plano ideológico - exaltam as virtudes do livre mercado. Assim, buscamos nesse capítulo entender os acontecimentos essenciais que particularizam o sistema capitalista neste fim de século. É isto que se deve, antes de mais nada, procurar quando se quer pensar o processo de integração regional no

cone-sul - Mercosul.

1. A emergência das grandes empresas

Nas transformações ocorridas no mundo após a Segunda Grande Guerra, nenhuma terá contribuído para o atual estágio de desenvolvimento capitalista como a difusão da hegemonia norte-americana. Para o estudioso que busca compreender a dinâmica recente de acumulação do sistema capitalista em escala mundial (globalização), a afirmação acima reveste-se da maior relevância. O seu interesse decorre, fundamentalmente, de duas circunstâncias de um mesmo processo: se por um lado, a expansão da hegemonia norte-americana - imposta tanto aos arranjos militares e diplomáticos como aos acordos comerciais, produtivos, tecnológicos e financeiros - possibilitou a um conjunto de economias capitalistas o planejamento econômico ao longo do ciclo expansivo, doutro lado, permitiu também importantes modificações estruturais no sistema capitalista ao engendrar novas estruturas mundiais de poder, decisão e influência.

Portanto, o mencionado processo contém os traços e as tendências esboçados pelo sistema produtor de mercadorias desde a sua gênese - a sua mundialização. Assim, é provável que após a Segunda Guerra a aceleração dessas tendências se tornou mais visível: essa é a época em que o sistema capitalista passa a agir plenamente sobre os seus próprios fundamentos.

Em essência, depois da Segunda Guerra houveram importantes transformações na evolução de todos os povos. Esse período assinala a retomada da expansão capitalista pelo mundo sob a égide dos EUA, cujos desdobramentos encaminham o planeta por novos rumos - que embora já preparados e em gestação na época anterior, somente então ganham contornos nítidos. Dessa forma, debaixo da difusão daquele ambiente econômico internacional gerador de um amplo raio de manobra para as políticas nacionais de desenvolvimento, industrialização e progresso social, elaboram-se processos, relações e estruturas complexas, que aos poucos se estabelecerão em todo o planeta.

Nesse contexto, a obra desenvolvida pelas modificações seguidas à Segunda Guerra, ao final de dois decênios, levaram à integração crescente dos mercados das economias capitalistas industrializadas, realidade essa que resultou na diminuição da capacidade interventora dos Estados Nacionais, uma vez que intensificou o poder autônomo de ação das grandes empresas. Por conseguinte, o final do século XX não guarda mais as características do intervencionismo keynesiano que se passara brevemente no pós-45¹. Em verdade, os mecanismos keynesianos, a intervenção do Estado, o planejamento público ou privado foram incapazes de neutralizar ou cancelar as leis de movimento do capital a longo prazo.

A revolução tecnológica, o tempo de rotação reduzido do capital fixo,

¹Pode-se dizer que o intuito de Keynes foi de domesticar o capitalismo, ele tinha claro a idéia de que a meta da economia capitalista não é criar valor para os seus membros, mas gerar riqueza abstrata. Daí sua preconização do intervencionismo estatal contra as forças auto-destruidoras do mercado. Nas palavras do próprio Keynes, "Não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração de seus detentores, terá realizado tudo o que lhe compete." - Keynes, J. M. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Nova Cultural, p. 345.

a importância crescente da reprodução da força de trabalho num nível superior de qualificação intelectual e técnica, a importância crescente de pesquisa e desenvolvimento, sendo esses cada vez mais financiados pelo Estado, tudo isso combinou-se para gerar uma verdadeira compulsão por maior planejamento econômico dentro das empresas e da sociedade como um todo. A maior sensibilidade e vulnerabilidade do complexo sistema de produção criaram uma necessidade crescente de regulamentação econômica privada e pública e de controle social. Mas os limites de eficácia dessa regulamentação são estabelecidos pela insuperável barreira do caráter da produção de mercadorias e pela compulsão de valorizar o capital. A longo prazo, a taxa média de lucro e os super lucros monopolistas, o mercado de mercadorias específicas e a taxa de crescimento de empresas específicas continuam incertos e sujeitos à lei do valor.²

Não insistiremos na discussão conjuntural responsável pelo longo *boom* keynesiano-fordista até meados da década dos 60. O nosso tema procurará apenas sublinhar os aspectos fundamentais e característicos da evolução das estruturas capitalistas norte-americanas de maior relevância para a compreensão das novas formas que vem apresentando a economia mundial.

Já não pode haver dúvidas acerca do papel que a tutela política americana exerceu no sentido de criar condições para importantes modificações estruturais do

²Mandel, E. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 391.

sistema capitalista. Papel esse que foi facilitado na medida em que os interesses econômicos dos EUA foram apresentados ao mundo como um mecanismo de defesa dos interesses da “civilização ocidental”.

Um Estado pode tornar-se mundialmente hegemônico por estar apto a alegar, com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão geral do poder coletivo dos governantes perante os indivíduos, ou, inversamente, pode tornar-se mundialmente hegemônico por ser capaz de afirmar, com credibilidade, que a expansão do seu poder em relação a um ou até a todos os outros Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles.³

A análise do sistema econômico internacional do pós-guerra revela que a hegemonia norte-americana se fez sob diversos aspectos que não podem ser entendidos separadamente. Entre os principais, destacam-se três: 1) aquele que se relaciona ao grande aparato político-militar dos EUA no contexto da Guerra Fria (surgimento de uma polícia mundial); 2) a emergência da supremacia econômica americana, que ao se impor ao mundo permitiu a expansão de suas grandes empresas; 3) por fim, as instituições de *Bretton Woods* possibilitaram aos EUA a emissão do dinheiro mundial - o dólar. Esses três fatores do poder norte-americano interagiram e reforçaram-se uns aos outros, permitindo aos EUA o controle e a estabilidade do sistema econômico mundial.

³Arrighi, G. *O longo século XX*. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1996, p. 30.

Constituído assim numa sólida base econômica, e centralizando as decisões políticas e militares internacional, o grande domínio americano deu início à fase de expansão material da economia capitalista no após guerra. Resultará disso profundas transformações estruturais no sistema capitalista. Uma dessas transformações fundamentais é a expansão transnacional do capital das corporações norte-americanas. Em outros termos podemos dizer, que ao impor a sua supremacia político-militar, os EUA possibilitaram às suas grandes empresas uma diversificação funcional e geográfica altamente rentável, ao mesmo tempo que essa expansão empresarial servia como esteio de sua posição hegemônica no cenário internacional. Vale lembrar que o grande conglomerado é um traço característico da economia americana, e a sua expansão seguiu os mesmos princípios que o permitiram diversificar-se funcionalmente nos EUA. Para compreendermos melhor o sistema que viabilizou a expansão internacional das grandes empresas, devemos destacar ainda o avanço tecnológico, fruto de financiamentos públicos à pesquisa científica com fins militares.

Quanto mais diversificada a experiência da empresa, com respeito a setores funcionais e a áreas geográficas, mais amplos são os horizontes que se lhe abrem. Estar presente em distintas áreas é maximizar as oportunidades de investimento. A curto prazo, a grande empresa pode intensificar os investimentos nas economias que apresentam possibilidades imediatas, mediante a mobilização de recursos financeiros retirados a outras áreas. A prazo mais longo ela se beneficia do fato de que planeja com um horizonte temporal mais

amplo e dispõe de grande poder financeiro. Por último, como ela está ao abrigo das circunstâncias que afetam cada economia nacional em particular, a grande empresa pode crescer mesmo nas economias que estão em declínio, mediante a aquisição de empresas locais.⁴

Visto numa perspectiva histórica, o sistema econômico internacional que emergiu sob a hegemonia norte-americana é fundamentalmente diferente daquele que se formara no século XIX sob a tutela inglesa. Nesse último, o mercado mundial era entendido como comércio externo, permanecendo subordinado às economias nacionais. Assim, os setores mais importantes da atividade econômica britânica estabeleceram relações de complementaridade com as economias dos países coloniais e estrangeiros. Ao contrário, a hegemonia norte-americana resultou na projeção internacional de um conjunto de corporações empresariais gigantes (oligopólios mundiais não somente americanos), que internalizou o mercado mundial ao seu âmbito organizacional - produção, distribuição e consumo.

A americanização do mundo não era mais um imperialismo à moda antiga. A polícia mundial não fazia mais anexações territoriais, mas apenas garantia a observância das regras mercantis e concorrenciais de seu paradigmático sistema de mercadorias, que não trazia mais consigo à escória europeia do século XIX.⁵

A formação de um sistema internacional, que uniu a expansão global do poder

⁴Furtado, C. *Transformação e Crise na Economia Mundial*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987, p. 18.

⁵Kurz, R. *Os últimos combates*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 56.

político-militar dos EUA à expansão transnacional das empresas norte-americanas, não conseguiu eliminar os conflitos de interesses e as contradições. Ao observador de hoje, afigura-se perfeitamente claro que, ao invés dessas empresas se tornarem importantes instrumentos à disposição do poder governamental, elas transformaram-se no limite mais fundamental desse poder. A análise da política norte-americana em relação ao Japão e à Europa Ocidental revelam os limites e as contradições entre os objetivos de poder do governo dos EUA e a expansão transnacional das grandes empresas norte-americanas. Em relação ao Japão, o governo dos EUA tanto permitiu as exportações japonesas para o seu próprio mercado interno como aceitou que os investimentos americanos fossem excluídos do Japão. Tal fato fez com que as empresas americanas que se interessassem pelo mercado japonês fornecessem, sob licença, tecnologias às empresas japonesas. No caso da Europa Ocidental, o *Plano Marshall* e o rearmamento serviram para integrar as diversas economias dos estados europeus. Isto permitiu uma invasão desenfreada das empresas norte-americanas na Europa, a ponto de o governo americano perder o controle sobre a saída de capitais de seu país. É como se esse processo adquirisse uma dinâmica própria.

Como vimos, o período expansionista sob a hegemonia dos EUA acabou criando um ambiente propício para um novo arranque da concentração de capitais e da internacionalização da produção, onde as forças produtivas foram ultrapassando cada vez mais os limites regulacionistas dos Estados Nacionais. A divisão internacional do trabalho no conjunto dos países centrais progrediu amplamente, mediante o desenvolvimento das grandes empresas. Aos poucos, as grandes empresas já organizadas transnacionalmente foram se constituindo na forma principal de

organização da produção, distribuição e consumo capitalista. O mercado mundial vai se sobrepondo ao mercado interno dos países capitalistas. A pressão crescente da concorrência no mercado mundial levam as empresas a dissociarem seu próprio destino daquele de sua economia de origem.

Com a internacionalização crescente do capital, a emergência das empresas multinacionais como forma típica de organização da grande produção capitalista, é o mercado mundial que se torna a arena na qual se realiza a verdadeira socialização do trabalho. Cada vez mais, o valor das mercadorias, não somente o valor das matérias primas mas também a dos produtos da indústria manufatureira, começam a ser determinados no mercado mundial e não mais no mercado interno dos países capitalistas. Isso quer dizer que, em função de um progresso qualitativo da mobilidade internacional dos capitais, evolui-se, para um número crescente de mercadorias, pouco a pouco, para preços de produção internacionalizados, isto é, para uma perequação internacional da taxa de lucro. Os preços mundiais são menos e menos derivados dos preços nacionais. São, ao contrário, os preços no mercado nacional que se afastam mais ou menos do eixo constituído pelos preços na esfera mundial.⁶

Do sistema econômico internacional que surgiu sob a hegemonia americana, em síntese, é o que devemos levar e destacar: de um lado, conduziu a integração dos

⁶Mandel, E. *A crise do capital*. São Paulo: Editora Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, Campinas, 1990, p. 226.

mercados dos países centrais (EUA, Europa Ocidental e Japão), que se constitui num importante instrumento de dinamização do crescimento desses países num contexto de expansão contínua do mercado mundial. Doutra lado, como consequência duradoura, permitiu que as atividades de produção, distribuição e consumo começassem a se organizar transnacionalmente através das grandes empresas. O sistema total de produção de mercadorias começa, por conseguinte, a empalidecer as envelhecidas economias nacionais. Esse último aspecto é o quadro da economia mundial que vamos encontrar nesse momento que escrevemos.

A corporação transnacional, ao tomar o planeta como mercado único, redimensiona suas prioridades. Não é a parte que determina o todo, mas o inverso. Sua operacionalidade é ditada pela competição global. *As especificidades nacionais são nesse caso, secundárias, sendo levados em conta apenas quando as políticas totalizantes estiverem traçadas de antemão.*⁷

2. A emergência do capital financeiro

As transformações econômicas que se produziram ao longo do período expansionista pós-45 refletem antes tendências que resultados adquiridos. Essa expansão havia impulsionado um novo avanço tanto das forças produtivas como tecnológicas. Também dinamizou a concentração de capitais e a internacionalização da produção, tendências essas que levaram as forças produtivas a ultrapassarem cada

⁷ Ortiz, R. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 150, grifos meus.

vez mais os limites do Estado Nacional.

Chega-se assim, no alvorecer da década dos 70, a um momento em que tudo que se passa é consequência das transformações que se produziram ao longo do período da expansão capitalista precedente. Existe um aspecto fundamental resultante da expansão material das décadas dos 50 e 60: a centralização internacional do capital resultou numa imensa pressão competitiva sobre toda e qualquer organização governamental e empresarial da economia mundial capitalista, resultando numa retirada maciça do capital monetário do comércio e da produção, dando início à expansão financeira. De acordo com Mandel, esse processo é uma tentativa de transcender o capital dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista.

A pressão para haver um capital internacional e um mercado monetário adequado às necessidades da crescente internacionalização do capital deve colidir com o planejamento econômico a nível nacional e assim - depois de uma fase de extraordinário crescimento econômico - intensificar a suscetibilidade da economia capitalista atual a crises.⁸

No final dos anos 60, ficou cada vez mais claro que a economia internacional caminhava por trilhas mais complexas do que se havia imaginado no pós-guerra. No plano político, como consequência da revolução tecnológica-militar, a hegemonia norte-americana foi profundamente ameaçada. No campo econômico, o fraco

⁸Mandel, E. *O Capitalismo Tardio*, op. cit., p. 241.

crescimento da economia norte-americana e a retomada econômica da Europa Ocidental e do Japão deixava evidente, sobretudo após a crise do dólar em 1968, a impossibilidade de os EUA regularem o dinheiro mundial.

Durante o resto da década de 1970, as estratégias de poder norte-americanas passaram a se caracterizar por um desprezo básico pelas funções de governo mundial. Foi como se os grupos dominantes dentro dos EUA houvessem decidido que, já que o mundo não podia mais ser governado por eles, deveria ficar entregue ao seu próprio governo. O resultado foi uma desestabilização ainda maior do que havia restado da ordem mundial do após guerra.⁹

Provavelmente, a notável expansão financeira iniciada na década dos 70 é produto de um problema clássico de realização do capital como forma de acumulação. Com a internacionalização crescente do capital e a diminuição do potencial de crescimento dos mercados domésticos dos países centrais, há por consequência uma redução na taxa de lucros das grandes empresas, implicando numa queda da rentabilidade do capital investido na indústria. Essa, por sua vez, busca formas de valorização essencialmente financeiras. Desse modo, tem início por essa época um deslocamento de recursos da esfera produtiva para a esfera financeira. A formação do mercado de eurodólares na década dos 60 foi o resultado desse processo.

A formação do mercado de eurodivisas, é uma etapa importante na

⁹Arrighi, G., op. cit., p. 241.

reconstituição da força do capital monetário. Reflete também a degradação da rentabilidade do capital comprometido na produção, bem como o fato de que os EUA deixam de ter uma posição industrial incontestável pelos outros países e, ao mesmo tempo, deixam de cumprir o papel que lhes tinha sido atribuído em *Bretton Woods*.¹⁰

Visto em conjunto, o amplo crescimento do mercado de eurodivisas, a partir de 1968, foi parte integrante do desenvolvimento de um sistema financeiro global. Esse crescimento se constituiu num elemento que permitiu às grandes empresas ampliar o seu alcance global, deixando claro também a incapacidade das políticas econômicas nacionais em relação ao enfrentamento de um sistema cada vez mais transnacionalizado de empresas. Sob esse último aspecto, as deficiências das políticas monetárias norte-americanas foram as mais significativas.

Aos poucos, o controle sobre a liquidez mundial começa a passar dos órgãos públicos para as mãos da iniciativa privada. A derrubada do acordo de *Bretton Woods* (1971), com o abandono do padrão de câmbio ouro-dólar e a criação do padrão dólar, foi uma tentativa de o governo dos EUA restabelecer a centralidade de Washington na oferta da liquidez mundial. Esse fato precisa ser particularmente notado. O desmonte de *Bretton Woods*, que causou a desregulação do sistema monetário internacional, foi acompanhado pela instabilidade gerada pelo fim do regime de taxas de câmbio e juros fixos. Isso deu novo impulso à expansão financeira, na medida em

¹⁰Chesnais, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Editora Xamã, 1996, p. 250.

que as grandes corporações, para se protegerem dessas variações, recorrem inevitavelmente a uma maior diversificação geopolítica de suas operações.

Em outras palavras, a substituição nas taxas de câmbio fixas por taxas flexíveis associou-se, não a um refreamento, mas a uma aceleração da tendência dos governos das nações capitalistas mais poderosas a perderem o controle sobre a produção e regulação do dinheiro mundial. Nessas circunstâncias a tentativa do governo dos Estados Unidos de usar o puro padrão dólar emergente para apoiar a auto-expansão do capital norte-americano, internamente e no exterior, em nada contribuiu para restabelecer a primazia de Washington nas altas finanças. Ao contrário, minou ainda mais o poder do conjunto de bancos centrais nacionais em que essa primazia passara a se basear.¹¹

Há ainda outra circunstância que acentuou muito mais as transformações financeiras. Referimos particularmente aos desdobramentos da política interna e externa dos EUA a partir de 1979, que visavam retomar o controle financeiro internacional e restaurar a hegemonia norte-americana. Na década dos 80, sob a gerência de Paul Volcker do *Federal Reserve*, os Estados Unidos iniciaram uma competição agressiva pelo capital circulante mundial mediante a elevação das taxas

¹¹Arrighi, G., op. cit., p. 323.

de juros, sendo seguidos imediatamente pelos países centrais¹². A chegada ao poder de Thatcher, na Inglaterra, e Reagan, nos Estados Unidos, representou uma mudança no ideário econômico com a implementação de políticas econômicas de cunho neoliberal: desregulamentação, privatização, liberalização do comércio, austeridade fiscal, eliminação do déficit público, etc. Esse ambiente acelerou radicalmente a integração internacional dos mercados financeiros, pois as políticas de liberalização e desregulamentação levaram à abertura dos mercados nacionais e possibilitaram sua interligação em tempo real. Portanto, a emergência do capital financeiro globalizado não pode ser vista apenas como resultante exclusiva das forças do mercado, mas também resultado do voluntarismo político dos governos.

Sem a intervenção política ativa dos governos Thatcher e Reagan, e também do conjunto dos governos que aceitaram não resistir a eles, e sem a implementação de políticas de desregulamentação, de privatização e de liberação do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não teriam podido destruir tão depressa e tão radicalmente os entraves e freios à liberdade deles se expandirem à vontade e de explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes for conveniente¹³

Devemos notar ainda que o desenvolvimento tecnológico associado à revolução da informática e das telecomunicações oferecem a infra-estrutura material

¹² A política do dólar forte de Paul Volcker mergulhou os Estados Unidos numa grande recessão, além de explodir a dívida dos países devedores e forçar os demais países capitalistas a um ajuste recessivo; sintonizado com a política norte-americana.

¹³ Chesnais, F., *op. cit.*, p. 34.

à expansão desenfreada do capital financeiro.

A globalização micro-eletrônica conseguiu levar a cabo em menos de uma década o que o policiamento norte-americano não conseguira em mais de 30 anos de intervenções militares: a cortina de ferro veio abaixo sob a pressão de déficits não mais sustentáveis na balança comercial e nos fluxos de capital das economias retardatárias.¹⁴

Assim, como vimos, a convergência dos efeitos da mudança do regime cambial (após a derrubada do acordo de *Bretton Woods* na década dos 70); a desregulação dos mercados de capitais; e a adoção maciça das políticas monetaristas dos anos 80, além do próprio processo de transformação endógeno do capital financeiro, constituíram-se em fatores importantes da liberação das finanças dos controles que lhe foram impostos desde 1930. Tal processo acabou consolidando um novo “regime de acumulação financeirizada”, fazendo reaparecer uma finança privada e mundial, a qual não possui o menor compromisso com qualquer tipo de padrão monetário internacional, expandindo-se a uma velocidade cada vez maior do que a formação de capital produtivo e do intercâmbio comercial

3. O Globalismo

A segunda metade do século XX assinala um momento de importantes

¹⁴Kurz, R., op. cit., p. 58.

transformações na economia mundial capitalista. A larga expansão tanto das forças produtivas quanto do avanço tecnológico e da acumulação financeira levaram a um intenso grau de internacionalização da vida econômica, social, cultural e política dos derradeiros anos deste século. Esse novo curso do modo de produção capitalista, entendido como globalização, longe de gerar uma eventual homogeneização da economia mundial, faz emergir novos níveis diferenciais de acumulação de capital, produtividade e extração do excedente.

Está em curso novo surto da universalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório. O desenvolvimento do modo capitalista de produção, em forma extensiva e intensiva, adquire outro impulso, com base em novas tecnologias, criação de novos produtos, recriação da divisão internacional do trabalho e mundialização dos mercados. As forças produtivas básicas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho e a divisão transnacional do trabalho, ultrapassam fronteiras geográficas, históricas e culturais, multiplicando-se assim as suas formas de articulação e contradição. Esse é um processo simultaneamente civilizatório, já que desafia, rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida e trabalho, compreendendo modos de ser, pensar, agir, sentir e imaginar.¹⁵

Esses fatores podem ser observados de forma ainda incipiente logo após a

¹⁵Tanni, O. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 14.

década dos 60, ganhando contornos mais amplos com o fim da Guerra Fria. Como já assinalamos, o período expansionista, sob a hegemonia dos EUA, propiciou um grande avanço para a concentração de capitais e a internacionalização da produção ao integrar os mercados das economias capitalistas industriais. As grandes empresas passam cada vez mais a realizar a mais-valia simultaneamente em vários países. O avanço das forças produtivas levou gradativamente a restringir as políticas anti-cíclicas, cujo alcance ainda estava confinado às fronteiras nacionais. Já nos primeiros anos da década dos 70, a fase de expansão do pós-guerra chegava ao seu término, e o crescimento da produção tendia a diminuir na mesma proporção que afluíam e se acirravam as contradições da economia capitalista. Não discutiremos aqui as causas do esgotamento da onda expansiva do pós-guerra. O fato é que a economia capitalista entrava numa recessão nos anos de 74/75 marcada primordialmente pela redução da taxa média de lucro.

Nesse momento de crise prevalece a racionalidade capitalista, onde a concorrência entre os países desenvolvidos se acirra, as pequenas e médias empresas perdem espaço para as grandes, os países pobres são mais onerados do que os ricos, as conquistas sociais se esvaem e o individualismo econômico se exacerba. Desde a década dos 70, até os dias atuais, esta tem sido a caracterização da transformação do processo globalizante.

Toda crise de superprodução no mercado mundial exprime desequilíbrios e desproporções fundamentais de produção e circulação de mercadorias, ocasionando esforços por parte do capital

a fim de superar tais contradições, reestruturando, assim, tanto a produção quanto os mercados. Os esforços da reestruturação da produção tendem a elevar a taxa de lucros através das seguintes medidas: eliminação, absorção ou redução da atividade das empresas menos rentáveis; substituição das técnicas menos produtivas por técnicas de produção mais avançadas; redução da fabricação de produtos cuja demanda parece estruturalmente em estagnação ou em declínio, favorecendo a fabricação de produtos cuja procura se revela estruturalmente em elevação; investimentos de racionalização, com economia de matérias-primas, de energia, mão-de-obra e do emprego do capital fixo; crescimento da velocidade de circulação do capital; intensificação dos processos de trabalho e, em geral, esforços concentrados para aumentar duravelmente a taxa de mais-valia. Todos esses esforços são evidentemente marcados por fatores de incerteza inerentes a um sistema baseado na propriedade privada e na concorrência. Os esforços de reestruturação do mercado mundial levam por sua vez à procura de novas possibilidades de escoamento da produção e à redistribuição dos antigos mercados, em conformidade com as relações de força modificadas entre os trustes e os potenciais imperialistas.¹⁶

As saídas encontradas para a crise de 74/75 e 81/82 revelaram a necessidade crescente de o capital aumentar sua rentabilidade em escala internacional. Para tanto,

¹⁶Mandel, E. *A Crise do Capital*, op. cit., p. 197.

foi necessário manter o rigor para os assalariados, impondo a estes sucessivas derrotas.

Nos EUA em 1982, não houve nenhuma marcha da fome de milhões de desempregados; nenhuma grande greve operária enfrentando a repressão; nenhuma batalha para a implantação de novos sindicatos. A resignação dos desempregados fazendo fila para a sopa popular, a dos trabalhadores aceitando uma diminuição de seu salário nominal para salvar a empresa e o emprego, são dados como exemplo: mas será que não contribuíram para a retomada econômica, notadamente no setor automobilístico, atingido em cheio durante os anos negros?¹⁷

Talvez se possa dizer que, no plano ideológico, a globalização do capital vem conseguindo a adesão e conformidade dos trabalhadores aos princípios do mercado. Os efeitos da crise e do desemprego têm contribuído de maneira significativa para minar o sentimento de classe trabalhadora e colocar os sindicatos na defensiva, mais precisamente na lógica do capital globalizado. As diretrizes relativas à desregulação, liberalização e flexibilização, disseminadas principalmente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD), podem ser vistas no bojo de um conjunto de práticas que visam mobilizar, organizar, dirigir, secularizar a superioridade do modo de vida ocidental. Esse é o papel que o capital globalizado confere à sua elite dominante.

¹⁷Brunhoff, S. *A Hora do Mercado*. São Paulo: Editora Unesp, 1991, p. 9.

É necessário que os desempregados, para aceitar os imprevistos da economia de mercado que se identifica com a liberdade de empresa, acreditem na superioridade do modo de vida ocidental, tal como se apresenta em seu país. Na França, existe um grande consumo de modelos econômicos estrangeiros. No início dos anos 80, são todos ocidentais: o acúmulo das decepções referentes à União Soviética e aos países do leste, as informações sobre a maneira como evolui a China Popular, bloqueiam a busca de uma sociedade alternativa. Dá-se muita importância ao modelo americano (flexibilidade de emprego, grande dimensão do mercado) ao modelo alemão (exportações de equipamentos, disciplina do trabalho), embora um pouco envelhecido, e ao modelo japonês (excelente conduta no mercado mundial, austeridade aceita pelos trabalhadores, sábia administração do emprego). Há também, de maneira fragmentária, o modelo italiano (Small is beautiful) das pequenas empresas que se defendem bem, nem que seja para empregar trabalhadores “clandestinos”; e ainda “o saneamento inglês”, cuja brutalidade entretanto causa medo.¹⁸

Com efeito, o cenário criado com a globalização da economia de mercado desregulamentada, liberalizada e flexibilizada, embasa as transformações no mundo do trabalho. Sob vários aspectos, é possível dizer que o processo de desenvolvimento tecnológico, automação, robótica, micro-eletrônica, desenvolve-se num ambiente

¹⁸ Brunhoff, S., op. cit., p. 11-12.

onde o capital se encontra cada vez mais liberalizado e desregulamentado. Dentro desse quadro de profundas transformações tecnológicas, florescem novos processos de trabalho intimamente afinados com o novo modelo de reprodução ampliada do capital¹⁹.

No contexto dessas transformações, o ajuste global gestado nos EUA acabou aprofundando, ao longo das últimas décadas, o movimento da globalização das finanças, o qual é a marca distintiva do atual movimento de internacionalização capitalista. Aliás, o dinamismo mundial dos Estados Unidos, que há quase vinte anos é o maior receptor de capitais do mundo, não pode ser explicado sem levar em conta o processo de financeirização do mundo²⁰. A supremacia do capital financeiro reduziu profundamente a capacidade interventora dos Estados Nacionais, transformando-os em reféns das políticas do grande capital e por consequência levando-os à crise de governabilidade.. Até mesmo teóricos céticos em relação à idéia de globalismo assumem a debilidade atual dos Estados Nacionais em relação ao controle dos processos econômicos.

¹⁹ Dentre as diversas características desses novos processos de trabalho, logo se destacam determinadas combinações que possibilitam ao capital aumentar o controle e a exploração da classe trabalhadora. Como exemplo, os experimentos da "terceira Itália" e do toyotismo caracterizam-se por um processo de flexibilização produtiva, avanço tecnológico, fragmentação do trabalho que implicam em uma série de mudanças prejudiciais ao conjunto da classe trabalhadora. Para inserir-se na fábrica flexível, liberalizada, flexibilizada e desregulamentada; os trabalhadores vêm abrindo mão de direitos e conquistas históricas importantes. Como nota Ricardo Antunes, "Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias." – Antunes, R. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Editora Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995, p. 16.

²⁰ "Mesmo nos EUA, que nos anos 80 ainda parecia uma economia suficientemente vasta e dominante para lidar com seus problemas econômicos sem se importar com ninguém mais, ao final daquela década tornou-se consciente de que 'havia concedido um controle considerável sobre sua economia para investidores estrangeiros... (que) agora têm o poder de ajudar a manter a economia dos EUA crescendo, ou ajudar a precipitá-la na recessão' (The Wall Street Journal, 1988, p. 1)." - Hobsbawn, E. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990, p. 208.

Não há dúvida alguma de que a proeminência e o papel dos Estados-Nação mudou visivelmente desde a era keynesiana. Os Estados são menos autônomos, têm menos controle exclusivo sobre os processos econômicos e sociais dentro de seus territórios, e são menos capazes de manter a singularidade nacional e a homogeneidade cultural.²¹

Se é certo que na tríade (EUA, Europa Ocidental e Japão) se concentra a maior parte dos investimentos dos oligopólios mundiais, não é menos verdadeiro o poder de influência desses oligopólios nessas regiões.

Numa globalização do mercado, a imagem difundida é aquela em que os titãs do Japão, América do Norte e Europa lutam entre si para ganhar cada milímetro dos mercados internacionais. Esta imagem é uma ficção crescente que obscurece a dimensão em que umas poucas companhias centrais reforçam seu poder de mercado monopólico coletivo por meio de sociedades de risco e alianças estratégicas com seus principais rivais. Por meio desses arranjos, as empresas compartilham o acesso a competências especiais, tecnologia, instalação de produção e mercados; expandem os custos e os riscos das pesquisas e de novos desenvolvimentos; e gerenciam os relacionamentos competitivos com seus principais rivais potenciais.²²

²¹Hirst, P. ; Grahame, T. *Globalização em Questão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 274.

²²Korten, D. C. *Quando as corporações regem o mundo*. São Paulo: Editora Futura, 1996, p. 259.

Esses oligopólios mundiais (fruto de fusões, incorporações, privatizações, etc.) cada vez mais aumentam suas aplicações financeiras, reforçando uma tendência que vem desde os anos 70, que é a redução dos investimentos produtivos. O comércio internacional vem crescendo em níveis inferiores aos dos anos áureos do capitalismo após Segunda Guerra Mundial.

É claro que os países centrais, sobretudo os EUA, gozam de melhores condições econômicas e políticas se comparados aos demais países, nessa economia transnacionalizada. Porém, são incapazes de evitar as catástrofes nacionais reservadas aos perdedores desse processo. Essa encarnação catastrófica se materializa com o desemprego, declínio dos salários e a exclusão social.

Vemos, portanto, que com o avanço da internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos, debilitam-se os sistemas econômicos nacionais, emergindo um sistema econômico mundial com dinamismo próprio, fortemente hierarquizado em suas decisões políticas. Nesse contexto, alguns países, regiões e comunidades acabam sendo descartáveis e desnecessários à acumulação capitalista em escala mundial.

Nesse cenário, vê-se cada companhia, cidade, região, país e grupo social atrelar-se à defesa e à promoção de suas próprias vantagens comparativas e posição já adquirida. A competitividade e a produtividade são erigidas em dogma absoluto, nos países onde o podem ser. Nos outros lugares, é luta pela sobrevivência em estado

bruto.²³

Finalmente, não podemos deixar de notar que, a respeito da hegemonia norte-americana, o potencial científico e militar dos EUA continua dominante, assim como influenciam os assuntos políticos-econômicos internacionais. O atual regime de acumulação financeira mundial opera a partir da política monetária norte-americana, a qual é imitada, de imediato, pelos demais países industrializados. Dessa forma, o novo regime de acumulação financeira, originado nos Estados Unidos e difundido mundialmente, conferiu aos Estados Unidos um poder econômico e político imenso. Porém, o crescimento econômico dos Estados Unidos, às custas do processo de mundialização das finanças, não se tem traduzido num crescimento econômico mundial, desenvolvendo-se num mundo de estagnação econômica, desemprego, crises de governabilidade, concentração de renda (inclusive nos EUA), superexploração do trabalho (inclusive nos EUA), etc. Nesse sentido, a centralidade norte-americana vem se sustentando numa política de externalização dos custos negativos da mundialização para outros Estados Nacionais. Assim, acreditamos que a emergente ordem política e econômica pouco tem a ver com o conceito de hegemonia, na medida em que cada vez mais fica claro que os Estados Unidos não podem afirmar com credibilidade ao mundo que a expansão do seu poder é do interesse geral de todos os outros Estados Nacionais.

Cabe ainda dizer que a emergência de um sistema econômico global tem modificado a natureza do poder mundial, pois o surgimento e a atuação de novos

²³Chesnais, F., op. cit., p. 319.

atores transnacionais acabou fragmentando a estrutura de poder político mundial. Nesse horizonte, desenvolve-se um sistema econômico mundial que não é acompanhado de um sistema político capaz de regulá-lo.

4. O ajuste global e a América Latina

Aquilo que o intervencionismo econômico da era desenvolvimentista realizara na América Latina, começa a se transformar tanto pela ação de forças internas como pela intervenção de novas forças externas. Os ares do ajuste global, desencadeado pelo movimento da globalização financeira e produtiva, ganham contornos mais nítidos na América Latina a partir da eleição de Reagan nos Estados Unidos. Visando frear sua inflação interna, reduzir o *déficit* comercial e defender o dólar como meio de reserva internacional, o governo norte-americano provocou uma forte majoração das taxas de juros. Tal fato provocou uma elevação brutal dos serviços da dívida externa dos países latino-americanos. Esse choque, que se seguiu ao segundo choque do petróleo, em 1979, contribuiu decisivamente para aprofundar, entre 1982 e 1984, a grande recessão que assolava a América Latina, acelerando o esgotamento dos regimes autoritários da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (exceto o Chile), à medida que inviabilizava as suas políticas econômicas assentadas sobre o endividamento externo²⁴. A América Latina emerge nos anos 80 com a maior crise da sua história, uma combinação perversa de altas taxas de inflação, estagnação

²⁴ Como já foi estudado anteriormente, a acentuada desaceleração industrial das economias centrais durante a década de 70 e certas tendências que apresentava a economia dos EUA, modificaram as relações econômicas internacionais, fazendo surgir uma notável expansão financeira. Tais modificações se incidiram sobre as economias latino-americanas. Desde o início da década dos 70 que diversos banqueiros multinacionais começaram a oferecer créditos significativos, a juros baixos, a alguns países latino-americanos. Nesse sentido, é possível dizer que o modelo econômico assentado no endividamento externo refletiu a conjuntura de crise do capital que tem início no final dos anos 60.

econômica e grande dívida externa.

No decênio de 80, durante o qual o consumo de recursos, incluído o desperdício, cresceu em 6 trilhões de dólares nos países ricos, estes reduziram em 4 bilhões a ajuda aos países do Terceiro Mundo. Ademais, o fluxo líquido de recursos, incluído o serviço da dívida, foi desfavorável aos países pobres, e a perda acumulada desses, causada pela degradação dos termos de intercâmbio, naquele período alcançou 1 trilhão de dólares, soma superior ao montante da dívida externa desses países.²⁵

Ao defrontar-se com as relações, processos e estruturas que dinamizam a globalização, os países latino-americanos acabam em meados dos anos 80 e início dos 90 se submetendo ao mencionado movimento de ajuste global; submissão que desembocou numa adoção e generalização de políticas de cunho neoliberal em todos os países periféricos. O governo norte-americano, juntamente com o *FMI*, *Banco Mundial* e *BID*, embasados pelo ideário neoliberal, propuseram um conjunto de receitas de ajuste econômico para a crise da América Latina, que ficou conhecido como *Consenso de Washington*. Segundo a abordagem de Washington, o diagnóstico da crise latino-americana consistia: 1) no excessivo crescimento do estado; 2) excesso de regulamentação; 3) protecionismo; 4) estatais ineficientes; 5) populismo econômico gerador de *déficit* público. Assim, o receituário neoliberal abrange dez recomendações: 1) disciplina fiscal; 2) redução dos gastos públicos; 3) reforma

²⁵Furtado, C. *A construção interrompida*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992., p. 36.

tributária; 4) liberalização financeira; 5) regime cambial; 6) liberalização comercial; 7) investimento direto estrangeiro; 8) privatizações; 9) desregulação; 10) propriedade intelectual²⁶.

Em face do grave desequilíbrio externo, os países latino-americanos foram submetidos à invasão monetarista através do FMI - uma submissão ainda mais pronunciada de nossas economias à finança internacional. Não podemos escapar à evidência de que o ajuste estrutural neoliberal aplicado aos países devedores latino-americanos, visou submeter a política macroeconômica desses países ao controle direto do FMI e do BIRD, que atuam em nome de fortes instituições políticas e financeiras interessadas na região.

Como já se notou, desde a década de 70, o Fundo diz reconhecer que há causas diferentes para os déficits externos. Não obstante, a experiência da América Latina, conforme publicada nos Boletins do FMI aqui citados, mostra que, não importa qual seja a causa do déficit, a receita é sempre a mesma: a contração da demanda agregada, principalmente através de cortes de gastos públicos e a liberalização dos mercados e do comércio externo.²⁷

Visto numa perspectiva histórica, cabe reconhecer que, embora por um lado, os resultados das políticas monetaristas nos países periféricos se assemelhem, por

²⁶Sobre esse assunto consultar Batista, P.N. O Consenso de Washington: a visão dos problemas latino-americanos. In: *Em Defesa dos Interesses Nacionais*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1994.

²⁷Villarreal, R. *A contra-revolução monetarista*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1994, p. 225.

outro, é importante notar que a implementação dessas políticas seguiram a particularidade de cada país, dependendo das possíveis articulações entre as forças internas com as determinações externas de cada formação sócio-econômica. Mais especificamente, é possível dizer que a virada latino-americana rumo ao neoliberalismo se fez após as eleições de Salinas, no México, em 1988; Menem, na Argentina, em 1989; Carlos Andrés Peres, na Venezuela, em 1989; Fujimori, no Peru, em 1990 e Collor, no Brasil, em 1990. Em 1989, o governo norte-americano no âmbito do *Plano Brady* para a renegociação da dívida externa latino-americana, propunha apoio e ajuda econômica aos países que empreendessem políticas econômicas assentadas na abertura econômica, na estabilidade monetária e na reforma do estado.

Vale lembrar que países como a Argentina, Uruguai e Chile experimentaram programas de estabilização monetaristas pactuados com o *FMI* já na década dos 70. O regime autoritário, naqueles países, funcionou como instrumento de reajuste de suas economias aos objetivos da internacionalização, concentração e administração de um esquema oligopólico, mediante planos de estabilização, que constituíram o pré-requisito para o favorecimento ao capital estrangeiro, às custas da própria indústria nacional²⁸.

²⁸Na Argentina sob a ditadura do General Jorge Rafael Videla, o programa de estabilização priorizou “congelamento de salários, extinção de subsídios, redução dos gastos públicos, privatização das empresas estatais, liberação do crédito, dos preços, dos aluguéis urbanos e arrendamentos rurais, bem como a completa abertura do mercado interno às importações, com a eliminação das tarifas alfandegárias e a valorização da taxa de câmbio.” Resultado: a Argentina se desindustrializou. No Uruguai, no governo de Bordaberry, em 1973, intensificou o processo de abertura da economia ao capital financeiro internacional: “O parque manufatureiro daquele país [Uruguai] sofreu assim as consequências da redução das tarifas aduaneiras, das sobrevalorização do peso e da diminuição do salário real, promovidas pelo regime autoritário, nos marcos do reajuste econômico, de acordo com os princípios das vantagens comparativas.” Assim, a abertura da economia às importações, através da sobrevalorização do câmbio e da redução das tarifas aduaneiras representou “o acanhamento do parque manufatureiro, ao mesmo objetivo estratégico de encolher, socialmente, a classe operária.” - **Bandeira**, M. *O Eixo Argentina-Brasil, o processo de integração da América Latina*. Brasília: Editora da UnB, 1987, p.72.

Na Argentina, o endividamento externo utilizado como forma de sustentar as reservas monetárias que possibilitaram a abertura da economia não visou, como no Brasil, acelerar a substituição de importações de produtos da indústria pesada e de bens de capitais²⁹. Portanto, enquanto o Brasil apresentou uma evolução muito apreciável em seu *Produto Interno Bruto*, entre 1970 e 1980, a Argentina apresentou estagnação. A crise da dívida externa nos anos 80, a maior do mundo *per capita*, anulou a expectativa da oligarquia rural argentina, de um país sem agitação social, exportando carne e cereais e importando tudo aquilo que necessitava. Enquanto nesse período de crise o Brasil manteve o seu produto industrial estagnado, a Argentina demonstrou uma regressão considerável, reduzindo também a sua participação no produto latino-americano de mais de 1/5 para menos de 1/7, enquanto a brasileira aumentava de 1/4 para 1/3. Esse maior desempenho e desenvolvimento econômico brasileiro verificado em relação aos demais países, não possui, entretanto, correspondência nos indicadores sociais. O problema real é que esse desenvolvimento econômico ocorreu de forma muito desarticulada e concentrada em termos setoriais, espaciais e sociais.

Assimetrias à parte, o que nos interessa neste momento é notar que a ortodoxia neoclássica - refletida nas políticas de estabilidade e de ajuste estrutural do chamado *Consenso de Washington*, instalada como visão hegemônica a partir da crise

²⁹No caso brasileiro como demonstra Maria da Conceição Tavares "A expansão de suas exportações industriais de tecnologia difundida se tornou relevante desde o início da década de 70, com valor agregado interno e um conteúdo tecnológico muito superiores aos dos demais países da América Latina e praticamente equivalente aos *Nics* asiáticos. Esse processo de expansão das exportações não foi interrompido, senão que reforçado, com a crise da dívida externa, embora não acompanhasse as taxas de crescimento nem o conteúdo tecnológico dos países asiáticos da década de 80." - Tavares, M. C. Globalização Financeira e Estado Nacional. In: *Revista Conjuntura Econômica*, nov. 1997, p.42.

da dívida externa -, prematura ou tardiamente, acabou sendo adotada pelo conjunto dos países periféricos³⁰.

Assim, sob todos os aspectos, as mudanças provocadas pelo ajuste global das economias centrais deixam marcas profundas na ordem econômica internacional. Novas relações, processos e estruturas se desenvolvem e se articulam, implicando em novas formas de dominação políticas, econômicas e ideológicas na América Latina.

5. A emergência dos blocos econômicos e o Mercosul

Como vimos anteriormente, a expansão das grandes empresas oligopólicas nos setores produtivo e financeiro tem levado a uma profunda reorganização do capitalismo mundial. Em consequência, como manifestação cada vez mais acentuada, vivenciamos um aprofundamento do processo de concentração e centralização do capital, fato que tem possibilitado aos grandes agentes econômicos um imenso controle sobre as relações econômicas internacionais. Note-se que nesse processo os espaços nacionais perdem a centralidade no âmbito da acumulação do capital. Nesse horizonte, para assegurar a reprodução do capital dentro das novas condições do capitalismo mundial, os Estados Nacionais têm criado as zonas de livre comércio, as uniões aduaneiras, os mercados comuns. Assim, ocorre um aprofundamento do

³⁰ "Muita coisa mudou desde 1944, quando da fundação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, durante a Conferência Monetária de Bretton Woods, nos Estados Unidos. O estímulo inicial dessas duas organizações à expansão do comércio internacional e ao desenvolvimento dos recursos produtivos de todas as nações deu lugar a doutrinas econômicas que, apesar de impulsionarem a recessão, o desemprego e a concentração de renda, garantem o pagamento dos juros da dívida." - Baer, M., Lichtensztejn, S. *Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial - estratégias e políticas do poder financeiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

processo de regionalização que, se por um lado, é o resultado da própria dinâmica da produção regionalizada das grandes empresas, por outro, pode ser entendido como uma forma de respostas dos Estados Nacionais para enfrentar os desafios da globalização.

Dessa forma, o processo que conduz à formação de um bloco regional envolvendo o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, está inserido em um quadro internacional caracterizado, fundamentalmente, pela oligopolização e financeirização do mercado, pela elevação da superexploração do trabalho, pelo enfraquecimento dos Estados Nacionais, pela ascensão de estruturas mundiais de poder e em particular pelo surgimento de blocos econômicos regionais.

Atualmente, a estrutura da economia mundial tem-se acentuado por dois fenômenos aparentemente contraditórios: globalização e regionalização. A aparente contradição está relacionada à direção e ao espaço de atuação que caminha cada uma dessas tendências. Se por um lado, a crescente internacionalização dos circuitos produtivos, movimento de capitais e investimentos tomam o planeta como horizonte de atuação, por outro lado, a emergência dos espaços econômicos regionais como as zonas de livre comércio, as uniões aduaneiras e os mercados comuns permitem e viabilizam os negócios dentro de uma determinada região. Como já foi notado, nesses dois movimentos, o espaço de acumulação de capital deixa de ser os limites dos Estados Nacionais. Nesse sentido, o globalismo e o regionalismo se opõem somente na aparência, pois em essência esses movimentos se complementam como partes integrantes de um mesmo processo - a rearticulação mundial do capital.

Em lugar de ser um obstáculo à globalização, a regionalização pode ser vista como um processo por meio do qual a globalização recria a nação, de modo a conformá-la à dinâmica da economia transnacional. O globalismo tanto incomoda ao nacionalismo como estimula o regionalismo. Tantas e tais são as tensões entre o globalismo e nacionalismo que o regionalismo aparece como a mais natural das soluções para os impasses e as aflições do nacionalismo. O regionalismo envolve a formação de sistemas econômicos que redesenham e integram economias nacionais, preparando-as para os impactos e as exigências ou as mudanças e os dinamismos do globalismo.³¹

Vale assinalar que os debates em torno da idéia de formação de blocos econômicos regionais, na maioria das vezes se realizam no universo de rearticulação do modo de produção capitalista. Nesse século, ao fim da Segunda Guerra e do advento da Guerra Fria, o expansionismo norte-americano estimulou profundamente a integração regional sob sua área de influência (Europa Ocidental e Japão). Essas regiões por onde fluíam pressões, ajudas econômicas, tratados comerciais, faziam parte da estratégia de alianças econômicas, políticas e militares dos EUA para enfraquecer a URSS e impedir as revoluções sociais de caráter socialista.

Nesse final de século vem se configurando diversos espaços econômicos regionais *com significativas diferenças em termos de configuração e graus de importância política e econômica*. Essas áreas são zonas econômicas preferenciais,

³¹Ianni, O. *A Era do Globalismo*., op. cit., p. 127.

seja numa configuração mais simples como as áreas de livre comércio ou uniões aduaneiras, seja sob formas mais complexas como os mercados comuns. Cerca de 60% do comércio mundial atual ocorre dentro desses acordos regionais de livre comércio.

Dentre os novos espaços econômicos regionais, devemos ressaltar a importância do bloco europeu como o maior bloco comercial do mundo. O Espaço Econômico Europeu (EEE), é resultado da abertura de mercados entre a União Europeia (UE) e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), constituindo uma imensa zona de livre comércio. A União Europeia (UE), que começou a vigorar a partir de 1992 com a assinatura do Tratado de Maastricht, é o bloco de maior integração econômica e política já formado no contexto mundial, sendo constituído por doze estados-membros: Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Dinamarca, Irlanda, Grécia, Espanha e Portugal. Já a EFTA possui seis estados-membros: Noruega, Suécia, Finlândia, Islândia, Áustria e Suíça.

No continente asiático e na Oceânia - ainda em um cenário de mutação - podemos destacar dois espaços econômicos emergentes. Um deles é a ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático) que constitui na conformação de um espaço econômico preferencial reunindo as seguintes nações: Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas, Brunei, Cingapura (cidade global). Observa-se, por outro lado, a constituição do Conselho de Cooperação da Ásia do Pacífico (APEC), reunindo as seguintes nações: Austrália, Brunei, Canadá, China, Cingapura, Coreia do Sul, EUA, Taiwan, Filipinas, Hong Kong (cidade global), Indonésia, Japão, Malásia, México,

Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné e Tailândia.

Na América do Norte, a constituição do *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) consolidou um grande acordo de livre comércio envolvendo duas grandes economias do hemisfério ocidental. Em 1988, EUA e Canadá, ao lançarem um acordo de livre-comércio, progrediam no processo de integração econômica que está em curso na América do Norte desde o primeiro acordo contraído entre os EUA e o Canadá, em 1965, sobre a indústria automobilística. Em 1990, o presidente norte-americano George Bush apresentava o seu plano para a construção de uma zona de livre-comércio envolvendo todo o hemisfério, a “Iniciativa para as Américas”, iniciando assim as negociações com o México. Em 1992 era assinado o *North American Free Trade Agreement* envolvendo os seguintes países: EUA, Canadá e México.

Na América do Sul, o ressurgimento da experiência de integração regional se faz mediante as negociações do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul). Essas negociações visam formar um mercado comum envolvendo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, com a possibilidade de incorporação de outros países da região. O processo de integração no cone sul tem início em 1985 com as negociações envolvendo Brasil e Argentina, as quais resultaram, posteriormente, na criação do MERCOSUL, com a assinatura da *Ata de Buenos Aires* e do *Tratado de Assunção* (1991), obtendo a adesão de mais dois países: o Uruguai e o Paraguai.

O aparecimento do MERCOSUL produz transformações no quadro de

desenvolvimento econômico, social e cultural dos países-membros. Os documentos da fundação revelam que os objetivos finais da criação do MERCOSUL são a melhoria da qualidade de vida e a afirmação da presença dos países do cone sul em um mundo global.

Visto assim, o MERCOSUL constitui num esforço de seus países no sentido de maior inserção nesse mundo globalizado, o que por consequência melhoraria a qualidade de vida dos seus povos. Ocorre que como já foi notado aqui, a inserção dos países do cone sul nessa economia globalizada tem sido feita de forma subordinada com a adoção do receituário neoliberal das grandes estruturas de poder mundial que movem e dinamizam o capitalismo global. Nesse sentido, o triunfo da ortodoxia neo-clássica instalada como visão hegemônica a partir da crise da dívida externa nos países que dinamizam o MERCOSUL, sobretudo o Brasil e a Argentina, talvez esteja impondo determinações essenciais aos avanços e aos objetivos reais do MERCOSUL. Nessa perspectiva, o MERCOSUL poderia estar servindo como um instrumento de conformação das economias do cone sul à inserção subordinada na economia mundial, contrariando assim suas metas iniciais. A análise que se segue tentará dar conta dessas questões.

II. A Integração Regional no Cone Sul: o MERCOSUL

1. Breve Histórico das Relações Brasil-Argentina

Não é necessário grandes esforços para perceber as muitas diversidades e assimetrias que separaram os países do cone sul ao longo de sua história. Cada país possui um processo histórico, um jogo das forças sociais que acabaram criando condições sociais e políticas distintas. Porém, não é menos verdade reconhecer que existem muitas semelhanças e convergências entre nossos países, basta lembrarmos a intrincada história comum dos países da Bacia do Prata quanto a formação de seus Estados Nacionais e a triste história de dominação econômica que vem sendo vivenciada pelos países do cone sul desde a tomada dessa região pelos europeus mercantilistas.

É claro que muito dessa história comum ou diferenciada possui motivações e determinações externas. De ciclos em ciclos, as mudanças no sistema capitalista mundial tanto transformam o contexto sul americano como também impedem diversas transformações. Alguns temas como: alinhamento preferencial com os EUA, hegemonia no cone sul, rivalidade Brasil-Argentina, renegociação da dívida externa, estratégias de desenvolvimento, integração regional, e tantos outros; são motivados e incentivados por países hegemônicos, estruturas mundiais de poder, etc.

De qualquer modo, sob a luz dessas considerações, para o estudioso que

pretenda entender o processo de integração regional em curso neste final de século no cone sul, torna-se necessário resgatar um pouco a história desses países do ponto de vista de suas relações externas. Ênfase especial será dada às relações Brasil-Argentina, tendo em vista que o MERCOSUL é resultante da aproximação bilateral entre esses dois países. Tal opção pelas relações externas Brasil-Argentina se explica também pela posição ocupada por esses países no processo evolutivo do MERCOSUL.

A tomada da América Ibérica a partir do século XV nada mais foi que um grande episódio da história do capitalismo comercial europeu. A colonização que se fizera aqui, tanto por portugueses quanto por espanhóis, não teve outro sentido senão a exploração mercantil. No entanto, algumas peculiaridades essenciais no processo de colonização realizado por portugueses e espanhóis, acabaram conferindo importantes diferenças ao processo de edificação dos Estados Nacionais nessa região. Na América portuguesa, a passagem da Colônia ao Império se fizera num ambiente marcado tanto pela continuidade e flexibilidade das instituições político-administrativas quanto pelo consenso político entre as elites dirigentes. Na América espanhola, a emancipação política dos três países do Vice-Reinado do Prata se realizara num quadro histórico marcado pela descontinuidade institucional e pela falta de consenso entre as elites.

Desse curso diferenciado da história dos dois grandes impérios coloniais ibéricos resultaram os mais radicais contrastes.

As elites brasileiras foram essencialmente orgânicas, sucedendo-se em perfeita continuidade, ao longo da Colônia e do Império, gerações

de estadistas construtores de instituições.

As elites do antigo Vice-Reinado do Prata e aquelas que dirigiam movimentos emancipacionistas que sucederam a deposição do Vice-Rei, em 1810, foram essencialmente críticas, movimentando-se na direção não do consenso, mas do dissenso e da diáspora política. Nelas se construíram revolucionários radicais, que, entretanto, não souberam ou não puderam ser construtores de instituições.³²

Como obra final das particularidades da colonização ibérica e do processo de emancipação política, o vice-reinado do Prata se fragmentou em uma grande federação (Argentina) e dois pequenos Estados unitários (Paraguai e Uruguai); diversamente a colônia portuguesa, através da centralização no período imperial, acabou se transformando numa imensa federação (Brasil).

Em função do peso de Argentina e Brasil no cone sul, pode-se afirmar que o sistema de relações envolvendo os países desta região desde o século XIX até o dias de hoje dependem do padrão das relações que se processam entre Argentina e Brasil. Tais relações, continuam, como sempre, marcadas por um duplo caráter, no qual aproximação e recuos se manifestam, de acordo com as dificuldades intrínsecas à região e por fatores conjunturais, hemisféricos e mundiais. Passemos então em revista a história dessas relações.

A expansão da economia internacional sob a hegemonia britânica no século

³²*Instituições Políticas Comparadas dos Países do MERCOSUL*. Tavares, J. A. G.; Rojo, R. E. (Orgs.) Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 471.

XIX, caracterizada pelos princípios do livre mercado, nos moldes da divisão internacional do trabalho em função das vantagens comparativas de cada país, impôs uma inserção aos países latino americanos na ordem econômica internacional como países produtores de produtos primário-exportadores e consumidores de produtos industrializados. Nesse horizonte, a influência da Inglaterra na política externa dos países do cone sul foi uma marca característica deste período - ocasionando tensões e guerras. Basta pensarmos o que foi a Guerra do Paraguai. Note-se ainda os diversos conflitos políticos e militares na Bacia do Prata.

Se o europeísmo foi uma característica básica da política externa latino americana ao longo do século XIX, o mesmo não podemos afirmar em relação ao início do século XX. Ocorre que a Inglaterra passou a enfrentar dificuldades na manutenção de sua hegemonia, tendo em vista a concorrência de outras nações européias e da América do Norte, que passaram a ter crescente participação no comércio mundial.

Na América do Sul, embora o poder político estivesse sob o controle de oligarquias agro-exportadoras que não competiam entre si, mas em larga medida se complementavam, o período que compreende o final do século XIX e início do século XX é marcado por desconfianças, tensões, compra de armamentos envolvendo Brasil, Argentina e Chile. Paradoxalmente, esse período é também marcado por esforços comuns de entendimento e equilíbrio na medida em que os laços comerciais entre esses países eram muito estreitos. Em verdade, as tendências para o conflito e para a cooperação se contrapunham e reciprocamente se neutralizavam, na medida

em que refletiam os vínculos de dependência que nossos países tinham com potências rivais interessadas nos mercados da América Latina (sobretudo Inglaterra e EUA).

Nesse contexto é que apareciam rivalidades inúteis, tendo em vista que dada as condições objetivas naquele momento, nenhum dos países do cone sul tinha qualquer possibilidade de predomínio na região. Esse quadro levou os governos da Argentina, Brasil e Chile a tentarem uma série de ações diplomáticas conjuntas baseadas na noção de equilíbrio, as quais cristalizaram no *Tratado do ABC* (1915). Tal acordo, sem sucesso, no limite, já refletia as possíveis articulações desses países com as potências rivais num contexto de rearticulação do centro hegemônico capitalista. A aproximação do Brasil com os EUA, já então o seu grande comprador de café e o aprofundamento das relações entre Argentina e a Grã-Bretanha devido às profundas relações comerciais e econômicas entre esses dois países.

A proposta do ABC, que buscou aproximar politicamente os três países mais importantes da América do Sul, foi na realidade estimulada pelos Estados Unidos como complemento de sua política panamericana no cone sul, região vinculada à Europa por sólidas relações econômicas, financeiras e culturais. O pacto do ABC não teve suficiente apoio na Argentina porque contrariava a tradicional política de igualdade e solidariedade americanas, o que poderia gerar profundas desconfianças nos demais países do continente. O fracasso do ABC foi evidente: enquanto o Brasil e Chile buscavam construir uma coincidência de interesses no cone sul, em harmonia com o pan-

americanismo norte-americano, a Argentina buscava desligar-se desses compromissos, esgrimindo princípios continentais igualitários, para evitar uma hegemonia regional subsidiária da norte-americana.³³

Observados esses acontecimentos de uma perspectiva ampla, torna-se mais ou menos evidente que a conjuntura econômica internacional acabou motivando as oscilações no relacionamento entre Brasil e Argentina nas últimas décadas do século XIX e início do século XX.

Os vínculos de dependência econômica e comercial que a Argentina e o Brasil estabeleceram com potências diferentes e rivais - Grã-Bretanha e Estados Unidos -, sempre influenciaram, de um modo ou de outro, as relações bilaterais entre aqueles dois maiores países da América do Sul.³⁴

Dessa forma, ainda que por um lado a amizade desses dois países se assentasse num intercâmbio comercial expressivo, por outro lado, nos aspectos da política externa, prevaleceram algumas discrepâncias e contidas rivalidades entre os dois países.

Embora com orientações de políticas externas diferenciadas, o padrão de relações Brasil-Argentina melhorou após 1930, com o golpe militar do General José F. Urriburu na Argentina e a Revolução que levou Getúlio Vargas ao poder no Brasil.

³³Rapoport, M. e Madrid, E. Os Países do Cone Sul e as Grandes Potências. In: Rapoport, M. e Cerro, A. L. (orgs.) *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora Revan; Brasília: Editora UnB, 1998, p. 250.

³⁴Bandeira, M. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina*. São Paulo: Editora Ensaio, 1993, p. 25.

A repercussão, no Brasil e na Argentina, com os acontecimentos políticos de 1930 apresentou resultados distintos que acabaram influenciando as suas políticas externas.

No caso argentino, José F. Urriburu restabeleceu o poder das oligarquias agro-exportadoras contra as aspirações das emergentes classes médias urbanas e do proletariado industrial. Isso resultou, no revigoramento da dependência argentina em relação à Grã-Bretanha, que reafirmou a sua supremacia no comércio exterior daquele país, como fica claro na assinatura do *Tratado Roca-Runciman* em 1933, onde a Argentina fez onerosas concessões à Grã-Bretanha.

No caso brasileiro, a revolução de 30 quebrou a hegemonia da oligarquia cafeeira, compondo um novo pacto político assentado na incipiente burguesia industrial e financeira, classes médias urbanas e a aristocracia exportadora gaúcha. Embora a Revolução de 1930 tivesse derrubado do poder a oligarquia cafeeira, a cafeeicultura continuava o principal setor da economia brasileira, sendo que 60% das exportações de café destinavam-se aos EUA. Entretanto, nem por isso, Vargas estreitou os vínculos de dependência em relação aos EUA, mas ao contrário cuidou de os afrouxar. Em verdade, Getúlio Vargas aproveitou a intensa rivalidade entre as grandes potências nos anos 30 para alavancar o processo de industrialização brasileiro. A política externa de Vargas buscava ampliar a liberdade de ação internacional do Brasil, como reflete a assinatura, ao mesmo tempo, de tratados com os EUA e com a Alemanha em 1934.

Desde 1930, até o início da Segunda Guerra Mundial, embora com orientações

de políticas externas diferenciadas, Brasil e Argentina mantiveram relações cordiais. Tal afirmação pode ser observada na mediação da *Guerra do Chaco* (Paraguai e Bolívia) e da assinatura, em 1935, do protocolo para a construção da ponte internacional sobre o rio Uruguai e da troca de visitas presidenciais. Os dois países, contudo, disputaram a liderança sub-regional, durante a conjuntura da Segunda Guerra Mundial. O Brasil rompeu relações com a Alemanha e se alinhou aos EUA, enquanto que a Argentina manteve a neutralidade até o final da Guerra, atendendo aos interesses econômicos da Grã-Bretanha.

O fim da Segunda Guerra assinala a retomada da expansão capitalista sob a égide dos EUA e o advento da Guerra Fria. Tal cenário levaram os EUA a priorizar o enfrentamento com o bloco soviético e a reconstrução da Europa e do Japão. Em relação ao cone sul, os regimes políticos assentados em idéias nacionalistas e populistas passaram a ser vistos como uma ameaça aos interesses norte-americanos na região³⁵. A pressão norte-americana em ambos os países produziu, porém, resultados opostos: no Brasil o fim do governo Vargas e na Argentina o triunfo do nacionalista Péron.

Além do mais, os EUA, informados da “íntima cooperação” entre os governos da Argentina e do Brasil, devido à forte afinidade que havia entre Vargas e Péron, temiam que esses dois países viessem a concentrar um pacto de sustentação recíproca, a formarem outro eixo

³⁵A partir das décadas de 30 e 40 deste século, o Estado cumpriu um papel decisivo como agente indutor e propulsor da construção das sociedades nacionais na Argentina e no Brasil. Esse processo, evidenciou-se sobretudo, pós-1930 com Getúlio Vargas no Brasil; e pós-1946 com Perón na Argentina. O Estado se revestiu de uma forte dimensão pública, controlando determinados setores estratégicos da economia, desenvolvendo um nacionalismo industrialista através do protecionismo e criando diversas empresas públicas produtoras de bens de serviços.

político no cone sul. Os acontecimentos nos dois países, àquele tempo, encadearam-se como elos inseparáveis de um mesmo processo e reciprocamente se realimentaram. E a política dos EUA, visando a impedir a formação de um eixo nacionalista contrário à consecução de seus objetivos econômicos e de hegemonia sobre o continente, não só favoreceu como se entrelaçou e se confundiu com a oposição interna em ambos os países. O temor de que os episódios da Argentina, onde Péron, destituído e preso, recuperava o poder com a mobilização da massa trabalhadora, levou as Forças Armadas no Brasil, doze dias depois a derrubarem Vargas do governo em pleno processo de redemocratização³⁶.

Nesse sentido, a base social e os objetivos econômicos dos governos que se instalaram no Brasil e na Argentina no pós-guerra se divergiam amplamente. As notáveis dessemelhanças entre Dutra e Péron acabam refletindo na política externa dos dois países e no seu relacionamento bilateral. No contexto da Guerra Fria, Perón apregoava uma *terceira posição*, ou seja, o não alinhamento com os EUA e com a URSS. Já Dutra se alinhou completamente à órbita dos EUA, rompendo relações com a URSS.

Com o suicídio de Vargas, em 1954, no Brasil; o fim do predomínio econômico da Grã-Bretanha na Argentina e a queda de Péron, em 1955, as relações exteriores de Brasil e Argentina entraram numa nova fase. Nesse momento, a política

³⁶Bandeira, M., op. cit., p. 254.

externa desses países tenderam à cooperação em consonância com o novo ciclo de expansão capitalista que se fizera no pós-guerra sob a hegemonia dos EUA.

Após a queda de Péron, em setembro de 1955, a Argentina modificou significativamente a orientação de sua política externa. Esta passou da “terceira posição” para uma política de aproximação do bloco ocidental, mediante adesão às instituições de *Bretton Woods* - o FMI, o Banco Mundial e o Gatt, substituindo as práticas bilaterais, predominantes até então, pelo multilateralismo. Essas mudanças melhoraram as relações da Argentina com os EUA³⁷.

Em meados de 1958, os presidentes Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi deixavam claro que as relações não só Brasil-Argentina, mas com toda a América Latina entravam num novo momento, uma vez que elas passavam a fazer parte do projeto de desenvolvimento desses países. A *Operação Pan-Americana* lançada por Juscelino em 1958 teve uma abrangência latino-americana, visando, mediante a cooperação hemisférica, superar os obstáculos do subdesenvolvimento latino-americano, questão esta que os EUA teriam papel crucial. O governo de Washington recebeu a proposta sem o menor entusiasmo. Assim, a mencionada proposta atingiu dois resultados significativos: A criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a formação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), que contou, inicialmente, com a adesão majoritária dos países

³⁷Rapoport, M. e Madrid, E., op. cit., p. 227.

do cone sul, mas que, no final, não prosperou³⁸.

A política exterior independente de Jânio Quadros (1961), que desagradava profundamente Washington, deu continuidade ao processo de aproximação com a Argentina do presidente Arturo Frondizi. Em abril de 1961, os presidentes firmaram um acordo de amizade e consulta no *Encontro de Uruguaiana*, Rio Grande do Sul. Nesse mesmo ano começou a se reunir o grupo misto de cooperação industrial Brasil-Argentina, criado em 1958. Outras declarações de entendimento foram assinadas pelos presidentes João Goulart e Frondizi.

Como constatamos, a política exterior de Brasil e Argentina na década dos 50 e início dos 60 fôra marcada pelas idéias de aproximação, complementação e entendimentos. Em verdade, a complementaridade entre as duas economias acabou superando a rivalidade.

Em meados dos anos 60 tem início no cone sul, sob a influência norte-americana, uma série de golpes de Estado instaurando regimes políticos assentados no autoritarismo. Ao longo das ditaduras militares, Brasil e Argentina inauguraram um novo surto de rivalidade, marcada sobretudo, pela disputa do aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia do Prata - mais especificamente o Rio Paraná.

³⁸A criação da ALALC foi impulsionada pelas idéias da CEPAL. Nos anos 50, o processo de substituição de importações no campo das manufaturas de consumo nos países mais adiantados da América Latina alcançava o limite máximo, e a capacidade de importação da região deixou de evoluir na proporção necessária para atender ao financiamento do custo da industrialização. Tal quadro, de acordo com a CEPAL, estava relacionado ao rápido progresso tecnológico dos países industrialmente mais desenvolvidos que levava a um quadro de crescente deterioração dos termos de troca nos países latino-americanos em relação aos países centrais. Nesse contexto, alguns teóricos cepalinos preconizavam a idéia de integração regional como alternativa para a estagnação da região.

Inicialmente, tanto a derrubada de Frondizi como a deposição de Goulart levaram respectivamente esses países a modificarem suas políticas exteriores, aderindo ao alinhamento automático com os EUA, mediante a *doutrina das fronteiras ideológicas*. Isto fica claro na participação da Argentina ao bloqueio naval que os EUA promoveram contra Cuba em 1962, e no apoio dado pelo Brasil na intervenção feita pelos norte-americanos na República Dominicana em 1965³⁹.

Ocorre que a evolução e a pretensão dos regimes militares nos dois países seguiram caminhos diferenciados, levando ao longo do período autoritário a uma série de divergências do ponto de vista de suas relações exteriores. Nesse sentido, podemos afirmar que a orientação da política externa do Brasil e da Argentina dependeram circunstancialmente da percepção geopolítica das forças armadas que governavam ambos os países. Enquanto por um lado, os militares brasileiros acabaram assumindo uma posição mais independente em sua política externa, com a pretensão de elevar o Brasil a um estágio de grande potência, avançando na industrialização sob a égide do capital financeiro. Por outro lado, os militares argentinos, orientaram-se numa perspectiva regional visando reconstituir o vice-reinado do Prata, sob a condição de *satélite privilegiado dos EUA* - submetendo ininterruptamente à ortodoxia liberal - monetarista preconizada nos nefastos planos de estabilização do FMI⁴⁰. Nesse contexto, a hegemonia sobre o cone sul fazia parte da estratégia geopolítica dos dois países. E o aproveitamento dos recursos hídricos do Rio Paraná era visto como fundamental para o controle da região.

³⁹ “Na República Dominicana, em 1965, a intervenção norte-americana aberta impediu a marcha de uma revolução popular que caminhava para uma revolução social e nacional.” - Ianni, O. *O Labirinto Latino-Americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 1993, p. 31.

⁴⁰ Cabe lembrar que as políticas econômicas dos regimes militares intensificaram significativamente o grau de internacionalização da economia dos dois países (Brasil e Argentina).

Desse modo, a construção da *Hidrelétrica de Itaipu* pelo Brasil, acabou alimentando uma crescente rivalidade com a Argentina, que via no aproveitamento de *Sete Quedas* um fator fundamental de desequilíbrio econômico e político a favor do Brasil na região. O impasse só foi superado em outubro de 1979, onde os dois países, juntamente com o Paraguai, firmaram o *Acordo Tripartite* sobre o aproveitamento hidrelétrico do Alto Paraná.

Uma vez superada a questão da construção de Itaipu, houve uma verdadeira retomada da convergência nas relações dos dois maiores países da América do Sul. A reaproximação Brasil-Argentina torna-se evidente em uma série de episódios como: a proposta de reestruturação da ALALC sob a denominação de Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração (ALADI) - *Tratado de Montevideu* (1980) -, o encontro entre os presidentes Videla e Figueiredo em 1980 sob o pretexto de formar um eixo industrial São Paulo-Buenos Aires, cuja produção se destinaria ao abastecimento da América do Sul; o respaldo do Brasil às reclamações argentinas por ocasião da *Guerra das Malvinas* em 1982; os fatos relacionados à redemocratização ocorrida nos dois países em meados da década de 1980; etc. Tudo isso levou ao *Tratado sobre Integração, Cooperação e Desenvolvimento*, assinado em novembro de 1988 por José Sarney e Raul Alfonsín em Buenos Aires.

Assim, nos anos 80, o clima de rivalidade do período militar nas relações Brasil-Argentina acabou dando lugar às tendências para a cooperação como estratégia de superar os problemas comuns a ambos os países. Com o restabelecimento da

democracia, houve uma maior aproximação entre esses países, que acabou levando aos acordos de integração que deram, posteriormente, origem ao MERCOSUL em 1991.

Dado o peso de Argentina e Brasil no cone sul, a ninguém escapa que a evolução e configuração do MERCOSUL dependerá circunstancialmente das relações processadas entre os dois países. Como já foi estudado, historicamente, as tendências à cooperação entre esses dois países sempre dependeram das possíveis articulações econômicas e políticas dos grupos que eventualmente ocuparam o poder em cada país. Articulações essas, tanto no que se refere à dificuldades intrínsecas à região, quanto aos fatores conjunturais, hemisféricos e mundiais. Por isso, as orientações econômicas e políticas dos grupos que detêm o poder no Brasil e na Argentina e suas possíveis relações com a conjuntura econômica internacional, poderão marcar a evolução e o grau de integração no cone sul. Nesse horizonte, passemos então ao estudo do quadro evolutivo do MERCOSUL.

2. O MERCOSUL

Marcados pela crise da dívida externa, Brasil e Argentina iniciaram a partir da segunda metade da década de 80, já num contexto de redemocratização, diversas negociações objetivando uma maior integração entre suas economias.

Um passo importante nessas negociações foi dado em novembro de 1985, quando os presidentes José Sarney, do Brasil, e Raúl Alfonsín, da Argentina,

firmaram a *Declaração de Iguazu*. Em meio às elevadas taxas de juros, crise econômica interna, forte protecionismo das potências industriais, os dois presidentes preconizaram, em declaração conjunta, a necessidade de buscar uma maior autonomia e independência em relação ao mercado mundial. Nesse momento, os acordos bilaterais Argentino-brasileiro pretendiam, efetivamente, orientar os mercados e promover a integração equilibrada por meio da especialização intra-industrial. Esse enfoque ficou refletido em protocolos como os de bens de capital, do Centro Binacional de Biotecnologia, entre outros.

Os dois presidentes orientaram-se no sentido de: 1- promover as condições, por meio da gradativa integração bilateral do Brasil e da Argentina, para a criação de um mercado comum, ao qual outros países poderiam associar-se e, com a unificação crescente do espaço econômico da América do Sul, atingirem um máximo de auto-suficiência em produtos essenciais, insumos básicos e bens de capital, substituindo o dólar por moeda-convênio, no intercâmbio regional, e diluindo assim as fortes pressões sobre a balança de pagamentos; 2- intensificar a cooperação para o desenvolvimento de setores capazes de gerar avanços científicos e tecnológicos fundamentais ao progresso e à auto-transformação de suas economias, tais como informática, tecnologias de ponta (robótica, etc.), biotecnologia, energia nuclear, etc., a fim de evitar que, no sistema produtivo mundial, o Brasil e a Argentina fossem marginalizados da revolução científica, e permanecessem como

produtores de matérias-primas e de manufaturas simples, de baixo coeficiente técnico; 3 - aumentar o poder político e a capacidade de negociação dos dois países, com a institucionalização do sistema de consulta bilateral, que praticamente já funcionava, porquanto nem o Brasil nem a Argentina tomavam qualquer posição importante, sequer em termos de política mundial, sem que Sarney e Alfonsín mantivessem conversações por telefone⁴¹.

Por essa época, a idéia de integração aparecia como forma de superar a longo prazo os problemas referentes à dívida externa e à dependência externa, onde o Estado deveria assumir um papel ativo e prioritário nos rumos do processo de integração Brasil-Argentina.

A intenção dos presidentes Alfonsín e Sarney era primordialmente de cooperação política, seguida de uma tentativa de ampliar o comércio na área. Vivia-se um momento de grandes dificuldades para os países dessa parte do mundo, atormentados pela crise da dívida e pela recessão. Se, por um lado, uma atividade conjunta dos dois principais países da América do Sul poderia facilitar a negociação conjunta frente aos banqueiros internacionais, por outro havia a possibilidade de ambos se socorrerem, aumentando o comércio mútuo e, principalmente, podendo fazer trocas sem desperdiçar divisas.⁴²

⁴¹Bandeira, L. A. M. As relações regionais no cone sul: iniciativas de integração. In: (Orgs.) *História do Cone Sul*, p. 325.

⁴²Rolim, C. F. C. Integração X Integração: a busca dos conceitos perdidos. In: *Integração, Região e Regionalismo*. Lavinias, L.; Carleial, L. M. F.; Nabuco, M. R. (orgs.) Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1994, p. 171.

Em julho de 1986 outro passo importante foi dado nesse sentido com a assinatura do *Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina* (PICE). Os princípios que nortearam esse programa foram os da gradualidade, da flexibilidade, do equilíbrio e da simetria. O PICE visou estimular principalmente a integração setorial, de forma a criar-se uma dinâmica própria no processo de complementaridade comercial e produtiva. A atenção especial do PICE foi dada ao comércio intra-ramo nos setores de bens de capital, alimentar e automobilístico⁴³.

Os princípios que orientaram o PICE foram o realismo, o gradualismo, a flexibilidade e o equilíbrio. Seu objetivo era propiciar um espaço econômico comum, com abertura seletiva dos respectivos mercados e o estímulo à complementação de setores específicos da economia dos dois países. Havia uma marcada preocupação em dar tempo para que os setores produtivos nos dois países se ajustassem às novas condições de competitividade, de modo a assegurar resultados mutuamente vantajosos e criar interesses nos respectivos empresários privados⁴⁴.

Ao privilegiar um programa de integração abrangente, gradual, seletivo, o PICE tinha como horizonte o desenvolvimento econômico amplo e conjunto dos

⁴³ "A Volkswagen e a Ford, desde 1986 (logo após o PICE) associaram-se em uma joint venture destinada à implementação de uma estratégia de complementação produtiva entre as duas subsidiárias." - Vigevani, T. e Veiga, J.P.C. *A Integração Regional no Mercosul*. In: Arbix, G. e Zilbovicius, M. (orgs.) *De JK a FHC, a reinvenção dos carros*. São Paulo: Editora Scritta, 1997, p. 335.

⁴⁴ Presser, M. F. et. al. *MERCOSUL: Integração na América Latina e relações com a Comunidade Européia*. In: *Abertura Externa e Integração Regional: o caso do MERCOSUL*. Editora Cajá, São Paulo, 1993, p. 81.

países, onde os intercâmbios comerciais eram apenas um aspecto relevante de um esforço maior que passava pela cooperação científica, tecnológica, militar, nuclear, etc. Nesse modelo de integração sustentável, os Estados Nacionais, os agentes econômicos e sociais exercem um papel fundamental, na medida em que acertam estratégias e políticas ativas para alcançar metas inatingíveis apenas com o livre jogo dos mercados e a ortodoxia neoclássica.

Cabe destacar o caráter gradual que se pretende impor ao processo com a finalidade de, conforme o PICE, “dar tempo para que os setores produtivos nos dois países se ajustem às contingências criadas pela abertura parcial e seletiva dos mercados”. Isso é importante na medida em que existam fortes disparidades entre vários segmentos dos setores envolvidos e, portanto, precisam-se desenhar linhas de reconversão industrial para acompanhar o processo. Ao mesmo tempo, deve se ressaltar a preocupação por uma abertura seletiva que implica não incluir, no início, os bens dos setores mais sensíveis, como certas produções agrícolas⁴⁵.

Em novembro de 1988, Brasil e Argentina assinaram o *Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento*, no qual se comprometiam a iniciar um processo gradual para a formação de um espaço econômico comum dentro do prazo de dez anos. O Tratado previa a eliminação gradual de todas as barreiras, tarifárias ou não, ao comércio de bens e serviços, além de preconizar a harmonização e

⁴⁵ Arroyo, M. MERCOSUL: novo território ou ampliação de velhas tendências? In: Scarlato, F. C. et. al. *Globalização e Espaço Latino Americano*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994, p. 126.

coordenação das políticas monetária, fiscal, cambial, agrícola e industrial. O Tratado foi aprovado pelos Congressos de ambos os países em agosto de 1989, nele podemos identificar o esboço de uma integração regional que mais tarde, em 1991, denominaria MERCOSUL. Vale lembrar, que embora esse Tratado fosse conduzido de modo bilateral, ou seja, entre Brasil e Argentina, as negociações foram acompanhadas diretamente pelo Uruguai.

Em 1990, houve uma notável modificação nas diretrizes e estratégias da integração regional em consequência das mudanças internas na Argentina e no Brasil, resultante da eleição dos presidentes Carlos Menem (1989) e Fernando Collor (1990). Do ponto de vista da política externa, o presidente Collor e sobretudo o presidente Menem aderiram incondicionalmente à órbita norte-americana⁴⁶. Esses governos se submeteram ao *programa de ajuste estrutural* preconizado pelo *Consenso de Washington*⁴⁷. Tal submissão desembocou numa adoção e generalização de políticas de cunho neoliberal monitoradas pelas instituições de Washington que enfatizaram: a liberalização comercial, a atração de investimentos externos, a desregulamentação da

⁴⁶ Nas palavras do próprio Menem, numa entrevista ao *The New York Times*, em julho de 1991, "A Argentina foi um país que se alinhou com o chamado Terceiro Mundo (...) mas, para mim, não há razão para a existência desse mundo. Resolvemos nos alinhar com o único mundo que existe. E, neste ponto, todos sabem que no contexto das Nações Unidas há um país que é líder, os Estados Unidos. Não há dúvida sobre isto. Estamos com excelentes relações de harmonia. Este é o melhor nível de relações que jamais houve". apud Ayerbe, L. F. *Neoliberalismo e Política Externa na América Latina: uma análise a partir da experiência argentina recente*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 85.

⁴⁷ "O *Consenso de Washington* formou-se a partir da crise do *Consenso Keynesiano* [Hicks (1974) e Bleaney (1985)] e da correspondente crise da teoria do desenvolvimento econômico elaborada nos anos 40 e 50 [Hirschman (1979)]. Por outro lado, essa perspectiva é influenciada pelo surgimento, e afirmação como tendência dominante, de uma nova direita neoliberal, a partir das contribuições da *Escola Austríaca* (Hayek, Von Mises), dos *Monetaristas* (Friedman, Phelps, Johnson), dos *Novos Clássicos* relacionados com as expectativas racionais (Lucas e Sargent) e da *Escola da Escolha Pública* (Buchanan, Olson, Tullock, Niskanen). Essas visões teóricas, temperadas por um certo grau de pragmatismo, próprio dos economistas que trabalham nas grandes burocracias internacionais, é partilhada pelas agências multilaterais de Whashington, o tesouro, o FED e o Departamento de Estado dos EUA, os Ministérios da Finanças dos demais países do G-7 e os presidentes dos 20 maiores bancos internacionais constantemente ouvidos em Whashington. Esta abordagem dominante em Whashington exerce poderosa influência sobre os governos e as elites da América Latina". Pereira, L. C. B. A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal? In: *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*, IPEA, v. 21, n. 1, abr. 1991, p. 05.

economia, a redução do papel do Estado (privatização), a renegociação da dívida externa no marco do *Plano Brady*⁴⁸, entre outras.

A *Ata de Buenos Aires*, de julho de 1990, assinada pelos dois presidentes, um mês depois do lançamento do projeto *Iniciativa para as Américas*⁴⁹ do presidente norte-americano George Bush, evidenciou essa nova orientação no processo integracionista. Essa *Ata de Buenos Aires*, substituiu aquela perspectiva *gradualista, seletiva, flexível e simétrica* que caracterizou o modelo de integração formulado pelos governos da Argentina e do Brasil desde 1985; pela isenção *acelerada, linear, automática e generalizada*, de todo o universo tarifário. Com a assinatura da citada *Ata*, os governos Argentino e Brasileiro resolveram acelerar o processo de integração, reduzindo o prazo de dez anos fixado em 1988 para quatro anos, ou seja, a criação de um espaço econômico comum até dezembro de 1994.

Em dezembro de 1990, os governos da Argentina e do Brasil ratificaram suas intenções de acelerar o ritmo da integração, com a assinatura do *Acordo de Complementação Econômica Brasil-Argentina*, firmado junto à ALADI - com o propósito de reger as relações econômicas e comerciais dos dois países no período de transição ao mercado comum (1991-1994). Os desdobramentos desse acordo deram origem ao MERCOSUL, com a assinatura do *Tratado de Assunção*, em 26 de março

⁴⁸O *Plano Brady* proposto pelo governo dos EUA levou os dois países do cone sul a abandonar a idéia de renegociar a dívida externa conjuntamente; passando a acordos de forma separada e conforme os desejos gananciosos dos credores internacionais.

⁴⁹A *Iniciativa para as Américas* foi uma proposta do governo norte-americano no sentido de criar uma zona de livre comércio da Terra do Fogo até o Alasca. Vale lembrar que Menem e Collor demonstraram ampla simpatia a esse projeto. Logo após a criação do MERCOSUL, os quatro países iniciaram as discussões da mencionada proposta. “Em 20 de julho de 1991, em Washington, os países do MERCOSUL firmaram o acordo - quadro bilateral, também conhecido como “Tratado do Jardim das Rosas” e comumente “4 + 1”, com os Estados Unidos que prevê a formação de uma comissão consultiva específica para a área comercial.” - Soares, E. B. *MERCOSUL: desenvolvimento histórico*. São Paulo: Editora Oliveira Mendes, 1997, p. 29.

de 1991, onde Uruguai e Paraguai⁵⁰ acabaram aderindo à proposta de integração regional Brasil-Argentina.

De um projeto consistente, porque gradual e cauteloso, concebido pelos presidentes Sarney e Alfonsín, através da assinatura de protocolos pontuais com objetivos limitados -, monta-se, a partir da posse dos presidentes Collor e Menem, um projeto de dimensões faraônicas (...) Em Assunção abandona-se a precaução e adota-se o princípio da redução tarifária progressiva, linear e automática.⁵¹

É possível dizer que, conforme esses acontecimentos, a criação do MERCOSUL se definiu a partir das decisões políticas dos governos Menem e Collor, como mais um instrumento de suas políticas liberalizantes e desregulacionistas pactuadas com os grandes agentes do capitalismo global. Em outros termos, o surgimento do MERCOSUL é fruto do processo de rearticulação mundial do capital, onde os países do cone sul se inserem via programas de ajustes estruturais neoliberais, que no limite visam conformar essa região à lógica do capital globalizante.

⁵⁰Diante do acordo Brasil-Argentina, não restaram muitas saídas ao Paraguai e ao Uruguai senão aderirem ao MERCOSUL. Cabe lembrar que tanto o Paraguai como o Uruguai, iniciaram programas de ajuste econômico a partir de 1990. No Paraguai, ainda no contexto da transição democrática, sob a presidência do General Andrés Rodríguez, foi posto em prática um plano de estabilização, baseado no princípio da livre concorrência, que visava: reforma fiscal e monetária; sistema de câmbio livre; venda de grandes empresas estatais (Siderúrgica ACEPAR, Companhia de Aviação LAP, Companhia de Navegação FLOMERES), etc. No Uruguai, o presidente Luis Alberto Lacalle, eleito diretamente em 1990, adotou significativas mudanças nas políticas econômicas, elaborando um programa de ajuste macroeconômico que visou: reforma da administração pública, ajuste fiscal e monetário, privatizações, etc.

⁵¹Seitenfus, R. MERCOSUL - um adiamento inevitável. In: *MERCOSUL: a estratégia legal dos negócios*. Batista, L. O. (Org.) São Paulo: Editora Maltese, 1994, p. 124.

O *Tratado do Mercado Comum do Sul* (MERCOSUL), assinado em Assunção, delineou as bases do processo de integração dos seguintes Estados-Partes: A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai.

A proposta básica do Tratado era a criação de um mercado comum até 31 de dezembro de 1994, partindo da constatação de que a ampliação de seus mercados nacionais é, como afirma o Tratado, “condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social”. Afirma ainda o Tratado no capítulo I - artigo 1º - “Este mercado comum implica: a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente; estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros estados ou agrupamentos de estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados-Partes - de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados-Partes, e o compromisso dos Estados-Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr fortalecimento do processo de integração”.

Seguindo as bases do Tratado, no artigo 5º, se estabelece como um dos

principais instrumentos para a constituição do mercado comum à fixação de uma tarifa comum, visando incentivar a competitividade externa dos Estados-Partes. Conforme o texto, “durante o período de transição, os principais instrumentos para a constituição do mercado são: a) um programa de liberação comercial, que consistirá em reduções tarifárias *progressivas, lineares e automáticas*, acompanhadas da eliminação de restrições não tarifárias ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições ao comércio entre os Estados-Partes, para chegar a 31 dezembro de 1994 com tarifa zero, sem barreiras não tarifárias sobre a totalidade do universo tarifário; b) a coordenação de políticas macroeconômicas que se realizará gradualmente e de forma convergente com os programas de desgravação tarifária e eliminação de restrições não tarifárias; c) uma tarifa externa comum, que incentive a competitividade externa dos Estados-Partes; d) adoção de acordos setoriais, com o fim de otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes”.

No seu conjunto, a análise do *Tratado de Assunção* revela a centralidade do mercado como fator de dinamização do processo integracionista. Nesse modelo, fundado na ortodoxia neoclássica refletida nas políticas de estabilidade e de ajuste estrutural, a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos constitui-se no grande objetivo a ser perseguido. A competitividade e a inserção incondicional no mercado mundial são encaradas como fatores de “desenvolvimento econômico com justiça social”. Nesse horizonte, o papel do Estado é relativizado no processo de regionalização, não havendo espaço para políticas intervencionistas que pretendam não somente preservar e proteger setores das economias, mas também subsidiar

regiões pobres que não se inserem no novo padrão de acumulação de capital em âmbito mundial. Dessa forma, o que se busca com o *Tratado de Assunção* é a integração direta e sem entraves dos países do cone sul no mercado mundial, por conta disso que toda a sua orientação é voltada para a competitividade no mercado externo.

Pode-se constatar que a regionalização no cone sul, desenvolvida no contexto dos *Programas de Ajustes Estruturais* via as *Instituições de Washington*, responde aos desafios da rearticulação mundial do capital de uma perspectiva dos grandes agentes do capitalismo mundial e não dos povos do cone sul.

O Tratado do MERCOSUL foi composto de 24 artigos, agrupados em 6 capítulos, seguiu-se ainda anexos elucidativos referentes ao Programa de Liberação Comercial (Anexo I), Regime Geral de Origem (Anexo II), Solução de Controvérsias (Anexo III), Cláusulas de Salvaguarda (Anexo IV) e Subgrupos de Trabalho do Grupo Mercado Comum (Anexo V).

Diferentemente do aparato institucional do *Mercado Comum Europeu*, o *Tratado de Assunção* não trouxe nenhum procedimento de tipo comunitário nem previu órgãos supranacionais; tampouco contemplou aspectos normativos de alcance amplo como, por exemplo, a política agrícola comum da CEE, cujos parâmetros são definidos na Comissão Europeia⁵². A opção dos países membros do MERCOSUL foi

⁵²Sobre as instituições do MERCOSUL -, “Não são elas, porém, organismos supranacionais. Aliás, uma leitura adequada do *Tratado de Assunção* e a prática posterior das partes contratantes mostram o cuidado em evitar estruturas administrativa, judicial ou legislativa fechadas (nos moldes das européias) e a escolha de modelos flexíveis, cujos limites ficam meio indefinidos, para que a prática os vá aperfeiçoando.” - Batista, L. O. O MERCOSUL após o protocolo de Ouro Preto. In: *Revista de Estudos Avançados*, USP, v. 10, n. 27, maio – ago. 1986, p. 181.

por estruturas de tipo intergovernamental, submetidas a regras de unanimidade.

Durante o período de transição, que vai da sua assinatura até à consolidação do Mercado Comum, a sua estrutura orgânica, administrativa e executiva, estaria a cargo dos seguintes órgãos: Conselho do Mercado Comum (CMC) e do Grupo do Mercado Comum (GMC). O CMC, integrado pelos ministros das Relações Exteriores e os da Economia dos Estados-Partes, constitui-se no órgão superior do Mercado Comum, sendo responsável por sua condução política e pela tomada de decisões para garantir o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos. O GMC, por sua vez, integrado por representantes do Ministério das Relações Exteriores, da Economia e do Banco Central de cada país, assumiu a condição de órgão executivo do Mercado Comum devendo propor medidas concretas que assegurem avanço no estabelecimento do MERCOSUL. Nesse sentido, dez subgrupos de trabalho foram instituídos dentro do GMC para fins de coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais: 1) Assuntos comerciais; 2) Assuntos aduaneiros; 3) Normas técnicas; 4) Política fiscal e monetária; 5) Transporte terrestre; 6) Transporte marítimo; 7) Política industrial e tecnológica; 8) Política agrícola; 9) Política energética; 10) Coordenação de políticas macroeconômicas; 11) Relações trabalhistas.

As características transitórias do Tratado decorrem do seu próprio texto que o define como um Tratado “para a constituição de um mercado comum”, dessa forma, os órgãos executivos estavam previstos para durarem somente no período de transição, ou seja, até dezembro de 1994.

É importante notar que a ação governamental do CMC, GMC e dos dez Subgrupos de Trabalho estariam exclusivamente a cargo dos representantes e funcionários do Poder Executivo dos Estados-Partes. Nesse sentido, podemos perceber que a priori ficava excluída a participação de parlamentares e representantes de diversos setores da sociedade civil organizada dos respectivos países.

As primeiras reservas que podemos formular baseiam-se na forma em que os projetos foram elaborados, sem dar participação a ninguém, no maior sigilo e publicando-se recentemente o texto do Tratado uma vez firmado pelas partes. É um ato exclusivo dos executivos, sem participação dos poderes legislativos, prescindindo-se da opinião de organizações intermediárias como os partidos políticos, as universidades, os intelectuais, os conhecedores do tema.⁵³

Em julho de 1992, com o objetivo de cumprir os compromissos fixados no *Tratado de Assunção*, isto é, a conformação do *Mercado Comum do Sul* até dezembro de 1994; foi assinado pelos presidentes, chanceleres e ministros da economia dos quatro países, o documento denominado *Cronograma de Las Leñas*. Conforme esse documento, o Grupo Mercado Comum (GMC) ficava encarregado de adotar um cronograma de medidas adicionais para o pleno funcionamento do MERCOSUL em 1º de janeiro de 1995. Em verdade, o que se tentava alcançar nessa reunião não era

⁵³Schaposnik, E. C. *As Teorias da Integração e o MERCOSUL: estratégias*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997, p. 250.

apenas a consolidação de uma Área de Livre Comércio, mas uma União Aduaneira⁵⁴; por isso que se estabelecia para junho de 1993 a definição de uma Tarifa Externa Comum (TEC).

A definição de uma ambiciosa agenda - cronograma para o período de transição, em junho de 1992, em Las Leñas, explicita o objetivo de constituição de uma União Aduaneira até 31 de dezembro de 1994, com base na estratégia de redução generalizada das assimetrias entre as políticas nacionais, enfatizando, no entanto, a área comercial.⁵⁵

No entanto, a reunião do Conselho de Mercado Comum (CMC) em julho de 1993 não anunciou a esperada Tarifa Externa Comum (TEC) e adiou a decisão, devido as assimetrias entre as estruturas tarifárias nacionais.

⁵⁴ “Pode-se observar historicamente as seguintes formas de integração: 1) **Área de Livre Comércio** - definida como uma região em que os países membros eliminaram barreiras ao comércio intra-regional, mas também políticas comerciais independentes com relação a países não-membros. Isto é, uma Área de Livre Comércio tem idealmente tarifa zero entre os países membros, mas com países não-membros essas barreiras são definidas independentemente, sem considerar interesses ou conveniências dos outros países do Bloco. Nesse caso é necessário estabelecer os critérios que definem a nacionalidade de um produto para beneficiar-se da política tarifária regional. O instrumento que garante esse benefício é o Certificado de Origem, com regras acordadas entre os países membros; 2) **União Aduaneira** – definida como uma Área de Livre Comércio, onde os países membros acordam seguir uma política comercial comum com referência a não-membros. Isto é, adotar uma Tarifa Externa Comum (TEC), ou uma Política Setorial Comum (por exemplo, A Política Agrícola Comum da União Européia), aplicáveis a países fora da região. Nesse caso não há necessidade de Certificado de Origem, uma vez que qualquer produto que for importado será submetido às mesmas regras na região; 3) **Mercado Comum** - é uma União Alfandegária onde há livre circulação de fatores de produção. Isto é, mão-de-obra, capital e empresas podem mover-se livremente entre os países da região sem qualquer restrição a sua circulação; 4) **União Econômica ou Monetária** - é um Mercado Comum onde há unificação das políticas monetárias e fiscais. Com o estabelecimento da União Econômica, a unificação dos mercados é atingida. Com o estabelecimento de autoridades centrais, os países membros tornam-se efetivamente regiões em um único mercado. Em termos econômicos desaparece, portanto, a soberania de cada nação, que é totalmente transferida para a autoridade central.” - **Gonçalves, R.** [et. al.] *A Nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998, p. 83.

⁵⁵ **Veiga, P. M.** MERCOSUL: a agenda da consolidação e os dilemas da ampliação. In: **Velloso, J. P. R.** (Coord.) [et. al.] *MERCOSUL e NAFTA: o Brasil e a Integração Hemisférica*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1995, p. 111.

Ao final de 1994⁵⁶, encerrava-se uma etapa do processo de regionalização - o período da transição, como previsto pelo *Tratado de Assunção*. Nesse período, houvera uma ampla aceleração do processo de redução do universo tarifário entre os países membros.

Entre 1991 e 1994, considerados os anos da transição do MERCOSUL, os seus países membros deram contornos mais nítidos ao que seria uma zona de livre comércio. A um só tempo eliminou-se substancialmente o uso de artifícios restritivos não-tarifários e rebaixou-se fortemente as tarifas de comércio entre os países membros. Tanto que, ao final de 1994, nada menos que 95% do comércio intra-regional já estava isento do pagamento de direitos alfandegários.⁵⁷

A redução tarifária acelerada produziu um grande aumento do comércio intra-regional, que aumentou de 8% para 19% nesse período. Pode-se afirmar que ao longo do período de transição, a acelerada redução das alíquotas de exportação constituiu-se no principal instrumento do processo regionalizante; em detrimento de outros instrumentos preconizados pelo *Tratado de Assunção* para se chegar ao Mercado Comum, como: a tarifa externa comum, a coordenação de políticas macroeconômicas

⁵⁶O ano de 1994 constitui um marco importante no desenvolvimento do sistema econômico global. Em abril de 1994, em Marrakesh, foi assinada por 119 países a *Ata Final da Rodada Uruguai*, e ao mesmo tempo em substituição ao *GATT*, foi criada a *Organização Mundial do Comércio* (OMC), que entrou em vigor em janeiro de 1995. Essa organização tem mais poder sobre o Comércio Mundial do que o *GATT*, já que possui uma base institucional permanente. Pode-se dizer que juntamente com o FMI e o BIRD, a OMC é mais uma instituição internacional destinada a vigiar e viabilizar o capitalismo global.

⁵⁷*Mercosul de Fato! Fatores de Competitividade para o Sucesso Empresarial em um Novo e Forte Mercado Emergente/Simonsen Associados - SP. São Paulo: Editora Makron Books, 1998, p. 27.*

e setoriais e a harmonização de legislações.

Num processo de regionalização dinamizado pela lógica do mercado e coordenado por tecnocratas, ao mesmo tempo que se buscou a eliminação das assimetrias tarifárias entre os países membros, por consequência se reforçaram as assimetrias estruturais de diversos setores da economia desses países.

O processo de integração, permitiu à integração comercial avanços significativos e talvez irreversíveis, mas reforçou as assimetrias estruturais entre indústrias dos países-membros, produzindo forte desequilíbrio na distribuição dos custos e benefícios da integração entre os parceiros.⁵⁸

Em dezembro de 1994, os países membros do MERCOSUL entraram numa nova etapa do projeto de regionalização. Com a assinatura do *Protocolo de Ouro Preto* que oficializou a entrada em vigor da União Aduaneira do MERCOSUL a partir de janeiro de 1995. O *Protocolo de Ouro Preto*, assinado pelos presidentes Itamar Franco do Brasil, Carlos Menem da Argentina e Juan Carlo Wasmosy do Paraguai, Luis Alberto Lacalle do Uruguai; estabeleceu a nova estrutura institucional do MERCOSUL destinada a vigorar durante a etapa da consolidação da União Aduaneira, que se iniciou em 1º de janeiro de 1995 e se estenderá até 31 de dezembro de 2005. Os principais órgãos institucionais do MERCOSUL em sua fase de União Aduaneira, são os seguintes: 1) Conselho do Mercado Comum; 2) Grupo Mercado

⁵⁸Veiga, P. M., op. cit., p. 139.

Comum; 3) Comissão de Comércio do MERCOSUL; 4) Comissão Parlamentar Conjunta; 4) Foro Consultivo Econômico-Social; 6) Secretaria Administrativa do MERCOSUL.

O Conselho, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio constituem os órgãos decisórios do MERCOSUL, com caráter intergovernamental. Suas decisões são tomadas por consenso dos Estados-Parte.

Com o *Protocolo de Ouro Preto*, o MERCOSUL ganha personalidade jurídica de Direito Internacional, podendo celebrar acordos com países, grupos de países e organismos internacionais.

Conforme as decisões do *Protocolo de Ouro Preto*, o quadro normativo que regula o funcionamento do MERCOSUL como União Aduaneira, consta dos seguintes elementos principais: “1) Os produtos importados de terceiros países pagarão a **Tarifa Externa Comum** (9.000 itens) ao ingressarem no Mercosul. Uma vez paga a TEC, poderão ser reexportados aos demais países do Mercosul, isentos de tarifas; 2) Os produtos em listas de exceções à TEC pagarão tarifas nacionais diferenciadas conforme o país importador. Quando da reexportação desses produtos para outro sócio do Mercosul, exigir-se-á **certificado de origem**: caso não se preencham os requisitos que comprovem que o bem é fabricado no Mercosul, será cobrada a TEC. Extintas as exceções à TEC, em 2001 (ou em 2006, para os bens de informática), desaparecerá a necessidade de um regime de origem; 3) Os produtos de **Zonas Francas** instaladas no Mercosul serão tratados como provenientes de terceiros

países, isto é, sobre eles incidirá a TEC (com a possibilidade de negociarem-se exceções); 4) Todos os produtos estarão isentos de **tarifas de importação no comércio intra-Mercosul**, exceto: a) produtos sujeitos a **regime de origem**, que não comprovem fabricação regional; b) produtos listados no **Regime de Adequação**, aos quais se aplicará uma tarifa decrescente, chegando à tarifa zero em quatro anos (dessa forma, esses produtos desfrutarão de uma margem de preferência em relação às importações provenientes de terceiros países). Estima-se que o Regime de Adequação não afetará mais de 5% do volume total de comércio intra-Mercosul; 5) As restrições não-tarifárias ao comércio (sobretaxas, requisitos de anuência prévia para importação, etc.) já foram ou estão sendo eliminadas pelos quatro países. As demais **medidas não-tarifárias** que afetam o comércio (normas de segurança e de proteção ambiental, requisitos fitossanitários, etc.) serão mantidas e progressivamente harmonizadas, quando necessário; 6) os **incentivos concedidos às exportações** (isenção de impostos, condições especiais de financiamento, etc.), no comércio com terceiros países, serão regulados pelas disciplinas do GATT/OMC. No comércio intra-Mercosul, admitir-se-ão somente três tipos de incentivo às exportações: a) isenção ou devolução de impostos indiretos; b) condições especiais de financiamento para vendas de bens de capital ; e c) “draw-back” para produtos excetuados da TEC; 7) a existência de condições eqüitativas de concorrência dentro do Mercosul será garantida pelo Estatuto sobre Defesa da Concorrência, a ser elaborado a partir das pautas mínimas aprovadas em Ouro Preto. Ao mesmo tempo, serão identificadas as **políticas públicas** que tenham efeito de distorcer as condições de competitividade, e elaborar-se-á, ainda em 1995, programa para sua eliminação ou harmonização; 8) A defesa contra práticas desleais de comércio de terceiros países se fará com base no

Regulamento Comum sobre Práticas Desleais de Comércio, em fase final de elaboração. No mesmo prazo, deverá estar também concluído o Regulamento Comum sobre Salvaguardas frente a terceiros países, igualmente baseado nos textos da Rodada Uruguai; 9) A questão das eventuais práticas desleais de comércio intra-Mercosul evoluirá, no que se refere aos casos de **dumping**, em três etapas: a) inicialmente, os países poderão continuar aplicando medidas anti-dumping intra-Mercosul conforme suas legislações nacionais, sujeitando-se a procedimento de consulta já aprovado pelo GMC em 1993; b) logo que se aprove um Regulamento Comum sobre práticas desleais de comércio frente a terceiros, esse instrumento substituirá as legislações nacionais como base para as medidas anti-dumping intra-Mercosul, permanecendo o procedimento de consulta; c) finalmente, quando se aprove o Estatuto de Defesa da Concorrência, não poderá haver medida anti-dumping no comércio intra-zona: os casos de dumping serão tratados no contexto da defesa da concorrência; 10) a concessão de subsídios seguirá as normas estabelecidas para os Incentivos às Exportações. Não haverá salvaguardas no comércio intra-Mercosul; 11) os setores **automotriz** e **açucareiro** manterão suas regulamentações próprias em cada país, até que se definam regimes regimes comuns para ambos; 12) a operação aduaneira dos instrumentos comerciais comuns será regulamentada pelo **Código Aduaneiro** do Mercosul e suas normas de aplicação.”⁵⁹

Como vimos, o principal instrumento de política comercial comum formalmente vigente no MERCOSUL é a TEC, aplicada às importações da extra zona. Os níveis de proteção tarifária proporcionados pela TEC são nitidamente

⁵⁹Medeiros, J. A. D. Mercosul: Quadro Normativo e Institucional Pós-Ouro Preto. In: *Boletim de Integração Latino-Americana*, n. 16, jan. – abr. 1995, Brasília: MRE, 1995, p. 01-02.

inferiores àqueles praticados pelos países antes da formação da União Aduaneira. A União Aduaneira ainda é incompleta, pois alguns produtos integrarão a TEC somente quando o regime de adequação for extinto no ano 2000, e quando forem unificadas as tarifas de bens de capital em 2001 e dos setores de informática e telecomunicações em 2006. Em sentido estrito, portanto, o MERCOSUL será uma zona de livre comércio e uma União Aduaneira completas somente no ano 2000 e no fim de 2006, respectivamente.

A ninguém escapa a idéia de que a conformação do MERCOSUL em União Aduaneira acarreta profundas transformações para os Estados-Membros, sobretudo no que se refere a condução de suas políticas tarifárias e comerciais. A questão é que, com a criação da União Aduaneira, diversos mecanismos nacionais de política comercial deixam de ter vigência em função da elaboração de novos mecanismos, criados em comum pelos quatro países e de aplicação regional⁶⁰. Nesse sentido, a condução das políticas tarifárias e comerciais sai dos limites dos Estados Nacionais e passa a depender das decisões do MERCOSUL.

Em dezembro de 1995, a reunião de cúpula de Punta del Este, aprovou o *Programa de Ação do MERCOSUL* até o ano 2000, que definiu as principais diretrizes para a consolidação e aperfeiçoamento da União Aduaneira e para a transição rumo ao Mercado Comum.

⁶⁰ "Os Estados Partes comprometem-se a adotar todas as medidas necessárias para assegurar, em seus respectivos territórios, o cumprimento das normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL previstos no artigo 2 deste protocolo." - *Protocolo de Ouro Preto, Artigo n° 38.*

A partir de 1996⁶¹, podemos notar uma intensificação das negociações do MERCOSUL com a comunidade internacional, conforme: os acordos de livre comércio com o Chile (25/06/1996) e a Bolívia (17/12/1996); as negociações para a constituição da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA); as negociações com a Comunidade Andina; as negociações com a União Européia, etc.

Nos últimos anos, passada a euforia da integração comercial, tem havido grandes dificuldades nas negociações que visam consolidar o aprofundamento da Integração Regional. Isso se deve em grande parte aos desdobramentos das políticas econômicas internas de Brasil e Argentina, que colocam a política macroeconômica desses países sob o controle direto do FMI e do BIRD. Talvez se possa afirmar que, em uma regionalização apoiada na lógica neoliberal, não se possa chegar a objetivos além daqueles que viabilizem os negócios do grande capital. Assim, é possível que, se prevalecer as políticas neoliberais nos dois principais países membros, esse prevailecimento faça ressurgir as já mencionadas rivalidades Brasil-Argentina. Entretanto, o que isso importa? Nesse modelo de regionalização, aqui analisado, talvez o MERCOSUL já tenha cumprido o seu papel no contexto do capitalismo global.

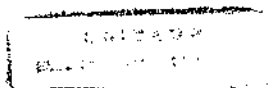
⁶¹Vale notar que em abril de 1996, houve uma tentativa de golpe no Paraguai comandada pelo General Lino Oviedo. Tal fato acabou levando os países do MERCOSUL a incluírem uma cláusula nas regras do bloco que prevê o seguinte: os países-membros que não tiverem chefes de governo eleitos pelo voto direto estarão excluídos do MERCOSUL.

III. MERCOSUL, Estados Nacionais e Globalismo

Sob diversos aspectos, o estudo do processo de integração regional permite abrir o diálogo entre nação e globalização. Uma análise cuidadosa da integração regional no cone sul (MERCOSUL) é capaz de revelar facetas importantes do movimento de rearticulação do capital e suas injunções aos Estados Nacionais. Diante do olhar atento dos grandes agentes do capitalismo global, desdobra-se todo um movimento de integração regional, procurando conformar as economias nacionais em espaços abertos mais amplos à acumulação de capital. Ainda que no plano teórico, o MERCOSUL vem sendo apresentado como um esforço das nações do cone sul no sentido de fazer frente aos desafios da globalização; entretanto, na prática, o que tem imperado são as diretrizes disseminadas pelas grandes empresas, as instituições financeiras internacionais e a OMC (Organização Mundial do Comércio). Numa região periférica, a regionalização desenvolve-se num ambiente onde as noções de protecionismo, mercado interno, monopólios estatais e regulamentações, aos poucos vão dando lugar aos vários lemas da modernização como o livre comércio, mercado mundial, privatizações, desregulamentações e tantos outros.

1. Globalização e Estados Nacionais

Um ponto de partida mais razoável, para se discutir o processo evolutivo do MERCOSUL, pode ser encontrado na constatação de que ele foi criado e desenvolve-se no meio de políticas de ajuste financeiro pactuadas com os grandes



credores internacionais. Submetidos ao “ajuste estrutural” imposto pelo FMI, Banco Mundial e autoridades norte-americanas (como condição para o pagamento da dívida externa) na esteira da globalização financeira, os países do cone sul (sobretudo Brasil e Argentina) ingressaram no novo regime de acumulação mundial de capital de forma subordinada, adotando o receituário liberal conservador onde tem prevalecido um amplo dismantelamento das funções intervencionistas dos Estados. Tanto o Brasil como a Argentina, principais atores do MERCOSUL, empreenderam nos anos 90 um ajuste interminável em suas economias, insistindo continuamente na desregulamentação financeira, na abertura comercial e privatizações⁶². O resultado desse processo foi não somente uma ampla perda da soberania econômica mas também a perda sobre o controle da política econômica e fiscal⁶³. Em boa medida, hoje os bancos centrais e os Ministros da Fazenda são tutelados economicamente pelas grandes instituições financeiras internacionais. As diversas reformas dos Estados são empreendidas por Ministros treinados pelo Banco Mundial.

O pacote de estabilização econômica destrói a possibilidade de um processo de desenvolvimento econômico nacional endógeno” controlado por estrategistas políticos nacionais. As reformas do FMI-Banco Mundial dismantelam brutalmente os setores sociais dos países em desenvolvimento, anulando os esforços e as lutas do período pós-colonial e revertendo com uma “canetada” o progresso já conseguido. Em todo o mundo em desenvolvimento há um padrão

⁶²Mediante inovações nas legislações, manobras nos congressos, reformas constitucionais, os presidentes de Argentina e Brasil se revestiram de grandes poderes no sentido da desregulamentação econômica.

⁶³No caso argentino, a perda da soberania econômica foi mais longe. Desde 1991, através do *Plano de Conversibilidade (Currency Board)*, os argentinos abandonaram totalmente sua autonomia monetária, fixando a emissão do peso atrelada ao lastreamento em dólar.

consistente e comum: o pacote de reformas do FMI-Banco Mundial constitui um programa coerente de colapso econômico e social. As medidas de austeridade levam à desintegração do Estado, remodela-se a economia nacional, a produção para o mercado doméstico é destruída devido ao achatamento dos salários reais e redireciona-se a produção nacional para o mercado mundial. Essas medidas implicam muito mais que a gradual eliminação das indústrias de substituição de importações: elas destroem todo o tecido da economia doméstica⁶⁴.

Nesse universo de submissão, a desregulamentação financeira cumpre um papel crucial na medida em que coloca as políticas econômicas nacionais atreladas à liberdade dos movimentos de capitais. Dessa forma, qualquer alteração das decisões econômicas nacionais que desagradem os mercados financeiros podem levar a um ataque especulativo e à fuga desses mesmos capitais. Fica-se assim, ao sabor do mercado a alocação de recursos e investimentos: incapazes de orientar o crédito e de determinar subsídios a atividades específicas, esses Estados se reduzem a tarefas de assegurar o direito de propriedade e não criar entraves às transações econômicas. Em suma, as decisões de alocação de recursos ficam a cargo dos investidores estrangeiros e grandes grupos nacionais, onde as noções de produtividade, complementaridade, operacionalidade de fatores de produção, economias de escala, inovações tecnológicas, racionalização do trabalho, atende única e exclusivamente os interesses da acumulação capitalista em âmbito mundial.

⁶⁴Chossudovsky, M. *A Globalização da Pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Editora Moderna, 1999, p. 60.

É por isso que em toda a parte se impõe a crença exacerbada de que o sucesso econômico se faz mediante as exportações ao mercado externo. Nesse aspecto, cabe mencionar o importante papel desempenhado pela OMC no sentido de estabelecer diretrizes aos países periféricos para que eles se adequem às normas do comércio mundial, em benefício dos bancos e corporações internacionais⁶⁵. A conclusão da Rodada Uruguai, em Marrakesh 1995, aprovou uma série de acordos internacionais baseados no princípio do livre comércio, que dificultam intervenções políticas estratégicas por parte dos países periféricos, no sentido de promover o desenvolvimento de alguns setores da economia mediante protecionismo.

Já não pode haver dúvidas de que as desregulamentações impostas pela inserção subordinada ao movimento da globalização financeira, acabam conferindo grande liberdade à internacionalização das atividades produtivas e comerciais no cone sul. Seguindo esse movimento de abertura, desregulamentação, privatização, é que o grande capital move todo um processo de territorialização e desterritorialização das atividades econômicas. É numa conjuntura econômica flexibilizada, liberalizada que os grandes grupos planificam suas estratégias de investimento e produção, bem como realizam um intenso processo de compras, fusões e *joint ventures*. Nesse sentido, desenvolve-se todo um processo de divisão internacional do trabalho valendo-se de vantagens específicas de determinadas conjunturas em algumas regiões, pois nem

⁶⁵Um exemplo significativo das normas impostas pela OMC, foi a Lei de Patentes aprovada pelo Congresso Brasileiro em 1996. Dentre os pontos aprovados no projeto cabe destacar os seguintes: desobriga a produção local; não vincula o patenteamento de micro-organismos a um projeto industrial específico; assegura o *pipeline* (reconhecimento retroativo a patentes) abrange até a data do primeiro depósito no exterior; restringe a competência do instituto nacional de propriedade industrial nos contratos de transferências de tecnologia aos casos definidos por decreto do poder executivo e não prevê prazo de transição para os produtos com pedidos de registro no exterior na área de alimentos, fármacos, agroquímicos e biotecnologias. Nesta Lei fica nítido a supremacia do governo norte-americano, da indústria farmacêutica internacional, países do G-7; em detrimento da pesquisa nacional, trabalhadores e consumidores brasileiros.

todas tem os atrativos que interessam ao grande capital.

2. Estados Nacionais e Integração Regional

Fruto das políticas de abertura comercial acelerada dos governos Collor e Menem (como vimos no Capítulo II) e transcorrendo num ambiente onde as nações do cone sul estão atadas pela política financeira. A integração regional (MERCOSUL) se insere na lógica neoliberal, ampliando os negócios das grandes empresas, além de aprofundar reformas que aceleram a desintegração das economias nacionais. Embora não haja referência explícita à expressão “Reformas do Estado” no *Tratado do Mercosul*, sem dúvida alguma, a conformação da integração regional nos parâmetros aqui descritos acabam estimulando essas reformas.

A crença exacerbada nas forças do livre mercado que tomou conta das políticas dos países do cone sul nesta década, acabou utilizando o MERCOSUL como importante instrumento de abertura comercial, privatização e desregulamentação. Nesse horizonte, as ações dos Estados Nacionais no processo de construção do MERCOSUL se encaminharam no sentido de criar um ambiente institucional propício aos protagonistas centrais da acumulação de capital na região. Os Estados Nacionais cada vez mais vêm investindo recursos com a montagem de infra-estrutura para atrair as empresas globais. Além disso, os agentes do capitalismo necessitam de uma diferença mínima entre os países quanto às normas e regulamentações, cabendo então aos submissos Estados Nacionais homogeneizá-las. Inúmeros são os acordos feitos no âmbito do MERCOSUL, que implicam os Estados Nacionais modificarem

seus ordenamentos jurídicos, administrativos, financeiros, etc.

Destacam-se como medidas concretas de favorecimento à integração: no caso argentino, a Lei de Reforma do Estado, que incentiva o ingresso de capitais de risco, a desregulamentação de preços e mercados e, especificamente, a modernização da infra-estrutura portuária, e que permitiu reduções de custo de 8 a 11%; no caso brasileiro, o Programa Nacional de Desestatização e o Programa de Desregulamentação; no caso uruguaio, a reforma de portos, a liberalização comercial e a modernização da administração pública. Finalmente, com relação ao Paraguai, as novas leis de estímulo ao investimento privado, a reforma fiscal e o estabelecimento do Fundo de Investimento Industrial constituíram iniciativas internas direcionadas à realidade do MERCOSUL⁶⁶.

Inclui-se ainda, neste ponto, o tratamento dado pelos Estados Nacionais aos investimentos externos diretos (IED). No Uruguai, não existe controles ou regimes especiais e o fluxo de capitais é livre. Na Argentina e no Paraguai foram removidas nos últimos anos praticamente todas as restrições para o IED, sendo que no Brasil vem ocorrendo diversas reformas nesse sentido. Em janeiro de 1994 os sócios do MERCOSUL assinaram um acordo sobre promoção e proteção aos investidores da intra-zona - o *Protocolo de Colônia* - pelo qual se comprometeram a conceder tratamento nacional aos investidores da região, além de proibir as restrições à

⁶⁶Almeida, F. G. Reforma do Estado como fator favorável ao processo de integração. In: Brandão, A. S. P. e Pereira, L. V. (Org.) *Mercosul: Perspectivas da Integração*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 200.

repatriação de capital e às remessas de lucro em moeda convertível.

É possível dizer que a partir dos compromissos assumidos com o MERCOSUL, os Estados Nacionais se tornam mais confiáveis aos grandes investidores. Isto porque, de certa forma, esses compromissos constituem uma garantia das reformas nacionais em andamento e contribuem para diminuir o grau de liberdade da política econômica dos países membros.

Soma-se a isso, ainda, os diversos projetos em comum dos países membros, financiados pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), no sentido da integração física entre os principais centros comerciais do MERCOSUL. Diversos projetos de modernização das rodovias, hidrovias e portos estão em fase de elaboração e estudo, e outros já em desenvolvimento no sentido de facilitar as transações comerciais - como exemplo: “a Rodovia MERCOSUL” - São Paulo - Buenos Aires, envolvendo no projeto Brasil, Argentina e Uruguai; “o Corredor Atlântico” idealizado para integrar através da navegação costeira, os distantes portos da região; as hidrovias Tietê-Paraná, Paraguai-Paraná, envolvendo investimentos do Brasil, Argentina e Paraguai. Além de investimentos em novas interconexões elétricas, gasodutos, pontes, etc.

É claro que esses investimentos em infra-estrutura são feitos de acordo com a mobilidade do capital na região, como fica claro nas próprias palavras do subsecretário de Portos e Vias Navegáveis da Argentina, Jesus Gonzáles, ao se referir à construção de obras no MERCOSUL, “à medida que o mercado pressione será dada

a decisão política dos Estados⁶⁷.

Como vemos, aos poucos os Estados Nacionais vão criando um amplo espaço de manobra para as grandes empresas, tanto numa perspectiva institucional quanto numa perspectiva de infra-estrutura. É nesse horizonte liberalizado, desregulamentado que as grandes empresas decidem os rumos de seus investimentos, gerando uma competição acirrada entre os países e regiões, no sentido de receber esses investimentos.

Cabe notar, que os IED's são seletivos, enquanto os países centrais recebem 75% dos investimentos mundiais, os países periféricos lutam pelos 25% restantes desses investimentos. Quando olhamos mais de perto os IED's feitos no cone sul⁶⁸, vemos que parcela importante deles decorrem de privatizações, que não configuram necessariamente investimentos, no sentido de criação de capacidade. Refere-se mais claramente, na transferência para o exterior do controle sobre a capacidade produtiva já existente⁶⁹. O mesmo ocorre com outra parcela significativa dos IED's, que

⁶⁷González, J. Entrevista à *Gazeta Mercantil Latino-americana* abr. 1998.

⁶⁸Na América Latina, o movimento dominante de capitais externos é de compra de empresas locais (estatais ou privadas), cerca de 80% do montante de IED's nessa década.

⁶⁹No cone sul, o processo de privatizações teve início na Argentina. Entre 1990 e 1994 foram vendidas quase todas as empresas públicas produtoras de bens e prestadoras de serviços, localizadas nos seguintes setores: petróleo, comunicações, transportes marítimos e aéreos, energia, saneamento, siderurgia e material bélico; somando 69 empresas. Cerca de 800 imóveis e 5000 km² de malha ferroviária também foram transferidas ao setor privado. Acrescentando-se a isso a concessão de empresas de rádio e canais de TV. Vale lembrar que antes das privatizações o governo argentino promoveu a reestruturação e o saneamento financeiro das instituições a serem privatizadas. Só nos gastos com aposentadorias de funcionários públicos que não foram absorvidos pelos novos donos o Estado desembolsou mais de US\$ 2 bilhões. A transferência dessas empresas ao setor privado representou o fechamento de algo em torno de 300 mil postos de trabalho. Cerca de 60% do montante privatizado ficou nas mãos do capital estrangeiros. No Brasil, o processo de privatização tem início no governo Collor, onde foram vendidas 15 empresas nos setores: siderúrgico, petroquímico, fertilizantes, elétrico e aviação. No governo Itamar, o processo se desacelerou com a venda de apenas 10 empresas. Nessa fase das privatizações, o capital estrangeiro teve uma participação mínima. Porém, a avalanche privatizante começa no governo Fernando Henrique Cardoso, com a liquidação de quase todo o patrimônio estatal, e a exemplo da Argentina, a preços pouco significativos. Foram vendidas empresas estatais nos setores de energia (Sistema Eletrobrás), telecomunicação (Sistema Embratel), siderurgia (CSN e Companhia Vale do Rio Doce), instituições financeiras, petroquímica, química, fertilizantes. Além de inúmeras concessões da malha ferroviária, portos e rodovias; desregulamentação do setor petrolífero (a privatização "silenciosa" da Petrobrás), entre outros. De forma escandalosa, o

corresponde a aquisição de empresas nacionais, bem como as fusões e associações⁷⁰. O resultado desse processo é uma ampla desnacionalização das economias em favor dos grandes grupos estrangeiros⁷¹.

Por toda essas concessões dos Estados Nacionais às grandes empresas transnacionais, fica difícil fugir da constatação de que esses grupos mais do que beneficiários, constituem-se nos principais agentes da integração. Dessa forma, a variável MERCOSUL constitui um elemento cada vez mais decisivo nas estratégias das grandes empresas transnacionais.

3. Grandes Empresas e a Integração Regional

O espaço regional criado pelas diretrizes que concretizam o MERCOSUL permite às grandes empresas transnacionais complementar e especializar suas atividades comerciais e produtivas nos diferentes países e, por consequência,

governo FHC vem gastando bilhões em investimentos nas instituições a serem privatizadas. Além disso, o BNDES vem oferecendo bilhões de empréstimos aos compradores (sobretudo empresas transnacionais) com juros abaixo dos níveis de mercado. Como resultado, a política de privatizações não tem criado, como se anunciava, "novos motores na economia"; mas ao contrário, o que se vê um aumento absurdo das importações, grandes remessas de lucros destinadas ao exterior, destruição de postos de trabalho, submissão aos principais compradores (grandes grupos transnacionais), etc. Para essa discussão consultar Biondi, A. *O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

⁷⁰ "A aquisição, fusão ou associação são as formas mais rápidas e simples que as empresas estrangeiras têm para entrar em um mercado que inicialmente é desconhecido e apresenta requisitos de logística ou distribuição cujo custo implicaria um investimento de grande magnitude, com possibilidades incertas de sucesso. Comprar um terreno, construir uma fábrica, armar uma rede de fornecedores confiáveis e ganhar participação em um mercado com uma marca pouco ou nada conhecida é uma tarefa particularmente longa e difícil. Desse modo, a saída adotada por numerosas empresas internacionais é "encurtar o caminho", fazendo algum tipo de acordo "aliança ou absorção" com alguma empresa que disponha de vantagens nesse sentido". - Campbell, J. (Secretário de Relações Econômicas Internacionais da Chancelaria Argentina) - *Semanário do MERCOSUL*. In: *Gazeta Mercantil*, abr. 1998.

⁷¹ Na Argentina, como exemplo, atualmente 8 das 10 empresas que mais faturam no país são grupos estrangeiros. Segundo pesquisa da *KPMG Corporate Finance*, 85% das fusões e aquisições feitas entre 1993 e 1998, ficaram com os grupos estrangeiros. Destacando-se o setor financeiro preferido dos investidores.

promover novos níveis de intercâmbio e complementação intra-industrial e intra-empresarial. Tal processo, tem levado por exemplo, a realocização de algumas atividades dessas empresas, com o fechamento e abertura de novas instalações.

Vários processos de reorganização produtiva e comercial, em escala regional, vem se desenvolvendo por grandes empresas transnacionais, sobretudo nos ramos automobilístico, petroquímico, alimentos, química fina, bebidas, etc.

O setor de *agribusiness*, por exemplo, tem sido palco de numerosos investimentos de grandes grupos agroindustriais, no sentido de aproveitar as vantagens de uma integração maior no mercado regional. São os casos das empresas transnacionais de laticínios como a Parmalat, Danone, Boingrain, com plantas localizadas em vários países, que integram até processos diferentes de um mesmo tipo de produto. Vejamos a estratégia do Grupo francês Boingrain.

As empresas multinacionais já vêm realizando investimentos de caráter complementar. A título de exemplo pode-se mencionar a estratégia do Grupo Boingrain que adquiriu várias fábricas brasileiras de queijo, nos últimos anos e no início de 1991 comprou a fábrica argentina Santa Rosa. A empresa pretende exportar para a Argentina os queijos cremosos e fundidos (Polenguiño, Chamois, Camemberts, produtos onde a tecnologia industrial, disponível no Brasil, pesa mais do que o custo da matéria-prima. Por outro lado, serão exportados para o Brasil queijos de massa dura como

parmesão, gorgonzola e cheddar, que exigem menos tecnologia e mais leite, onde a Argentina tem posição privilegiada⁷².

As empresas nacionais que não têm essa mesma diversificação funcional e geográfica, não estão em condições de competitividade com as transnacionais, sendo em muitos casos anexadas por elas. Além disso, o predomínio das grandes empresas agroindustriais no espaço agrário tem levado à ruína de pequenos e médios produtores familiares não integrados a cadeias agroindustriais⁷³.

Ainda no setor agroindustrial, os exemplos são muitos, no caso do *Mc Donald's*, a estratégia do grupo é cada vez mais desenvolver fornecedores regionais.

Por exemplo, o peixe usado para preparar o *Mc Fish*, as batatas e o tomate consumidos no Brasil são importadas do Uruguai, da Argentina e do Chile. As tortas de maçã e de banana, o queijo, os xaropes, as coberturas de sorvete e as embalagens dos sanduíches vendidas nas lojas argentinas são fabricadas no Brasil. As lojas chilenas da rede são abastecidas com embalagens produzidas também no Brasil e em breve, isso acontecerá com o queijo⁷⁴.

⁷²Zylbersztajn, D., Farina, E. M. M. Q. *A Questão da Agroindústria*. In: *Coleção Documentos - Instituto de Estudos Avançados*. São Paulo: USP, n. 20, 1997, p. 37.

⁷³Vale acrescentar à discussão da agricultura no MERCOSUL um processo relevante. Me refiro à mobilidade de fatores de produção que vêm ocorrendo nas regiões fronteiriças dos quatro países. No caso do arroz, por exemplo, tem ocorrido um fluxo de capitais, de tecnologia e capacidade gerencial na transferência de operações de vários produtores agrícolas do Rio Grande do Sul para o norte da Argentina e o norte do Uruguai. Como as barreiras comerciais vão acabando, esses produtores agrícolas aproveitam o espaço regional para buscarem melhores terras, menores preços, incentivos, financiamentos, etc.

⁷⁴Alberto Jr., C. *Gazeta Mercantil LatinoAmericana*, fev. 1997.

Um outro setor que o processo de integração tem permitido às empresas transnacionais buscarem a otimização de suas operações é o automobilístico. É possível dizer que nenhum outro setor se verifica com tanta clareza o processo de regionalização produtiva e comercial, como no setor automobilístico. Responsável por 27,55% (dato de dezembro de 1998) do intercâmbio comercial total do MERCOSUL, as montadoras valeram-se das reduções das alíquotas para desenvolverem todo um processo de especialização, racionalização e complementação produtiva no MERCOSUL. Dentro de um quadro de liberdade comercial, elas promovem uma ampla circulação de peças, componentes e veículos prontos dentro e fora do MERCOSUL. Em suas estratégias de exportação e importação, as áreas de administração e marketing também assumem uma dimensão regional.

A integração da indústria automobilística no MERCOSUL é, em parte, resultado das iniciativas dos Estados-Membros e responde à lógica econômica desenhada pelos formuladores da política de aproximação de Brasil e Argentina: aumento dos fluxos de comércio, especialização e complementaridade produtivas, altos índices de comércio intra-firma, atração de novos investimentos diretos, e inserção da região no circuito mais amplo de exportação e importação de partes, peças, componentes e veículos finais⁷⁵.

Com estratégia global de vendas, a pretensão das montadoras é utilizar o

⁷⁵Vigevani, T., Veiga, J. P. C. A Integração Regional no MERCOSUL. In: Arbix, G., Zilbovicius, M. *De JK a FHC, a reinvenção dos carros.*, op. cit., p. 346.

MERCOSUL como uma base de exportação para a América Latina. É nesse sentido que as montadoras pressionam os Estados Nacionais para que criem o ambiente favorável a suas estratégias.

Vamos nos integrar à Ford da Venezuela, vendendo automóveis e caminhões nesse país e em todas as nações da Comunidade Andina. Para entrarmos nesses mercados, só esperamos que os governos do MERCOSUL e da Comunidade cheguem a um acordo de livre comércio⁷⁶.

Ao integrarem as marcas, produção e estratégias no Brasil, na Argentina e no Uruguai, as montadoras traçam todo um quadro de divisão do trabalho na região, de acordo com as vantagens oferecidas por cada país.

A Ford dividiu a produção em unidades entre o Brasil e a Argentina. Os brasileiros só fabricam carros pequenos, como o Fiesta e o Ka, caminhões e ônibus. Os argentinos produzem a linha Escort, de carros médios. A gama de produtos é completada com o Mondeo e o Taurus, grandes, importados dos EUA e do Reino Unido. A Fiat também dividiu a sua produção entre o Brasil e a Argentina. Na fábrica de Córdoba, na Argentina, a empresa fabrica todos os carros Siena, a versão Sedã do Palio. Os carros são exportados ao Brasil, que por sua vez exporta a Station Wagon Palio Weekend e o Sedã

⁷⁶Batalha, C. (Diretor de Assuntos Corporativos da Ford do Brasil). *Gazeta Mercantil LatinoAmericana*, nov. 1998.

Marea à Argentina. A filial brasileira da Fiat também exporta autopeças para a Argentina. A divisão do trabalho fica explicitada até nas operações da Iveco, a empresa de veículos comerciais leves e caminhões do Grupo Fiat. Enquanto os caminhões pesados da Iveco serão feitos em Córdoba, os comerciais médios, como o Ducato, serão fabricados no Brasil, em fábrica que a empresa constrói em Minas Gerais. A Volkswagen e a General Motors também dividiram a produção entre Brasil e Argentina, embora em escala menor, já que a atuação das duas empresas na Argentina só se fortaleceu na década de 90. Assim, essas empresas continuam concentrando a maioria da produção e linhas de veículos de todos os portes (pequenos, médios e grandes) no Brasil. A GM, que já tinha uma fábrica em Córdoba (Picapes Silverado), construiu outra em Santa Fé, onde produz a linha Corsa. A Volks, que encampou as unidades da Chrysler em 1982 (quando esta empresa deixou Brasil e Argentina, para voltar em 1997), fabrica somente os modelos Polo e Gol na Argentina, mas deverá produzir o Passat em sua unidade de General Pacheco, em 1999. De maneira mais abrangente, as montadoras tendem a concentrar a produção de carros médios na Argentina e de pequenos no Brasil, onde os carros “populares” respondem por mais de 70% das vendas. Outra peculiaridade da divisão do trabalho é que o Brasil continua a concentrar a construção de veículos pesados. Ford, Volks, Volvo e Mercedes fabricam ônibus e caminhões apenas no Brasil. Com exceção da Scania, que fabrica nos dois países, a Iveco (Grupo

Fiat) é a única montadora que decidiu produzir veículos pesados na Argentina⁷⁷.

Tal quadro de divisão do trabalho não é estático, as montadoras têm grande facilidade de diversificar-se funcionalmente de acordo com as circunstâncias locais e a competição global.

Cabe dizer, nessa discussão, que as grandes empresas transnacionais em sua maioria já atuavam em países do MERCOSUL, porém com a efetivação do acordo comercial houve uma intensificação dessa atuação.

O MERCOSUL além de representar um bom negócio para as filiais das empresas transnacionais, também tem representado ótimos negócios para as grandes empresas com matrizes nos países do bloco. É crescente o número de empresas com matrizes no Brasil, que estão operando na Argentina; e empresas com matrizes na Argentina que possuem atividades no Brasil. Para vencerem a concorrência num contexto de abertura comercial, as empresas vão se regionalizando mediante parcerias, *joint ventures*, aquisições. Como exemplo, vejamos o quadro no setor de alimentos.

⁷⁷Lachini, A. Integração traça novo perfil para o setor automobilístico. *Gazeta Mercantil*, nov. 1998.

Investimentos Brasil/Argentina

Empresa brasileira	Empresa Argentina	Empresa estrangeira	Destino investimento	Tipo de investimento
-	Sereníssima	-	Brasil	Invest. direto
Campineira	Bagley	Bsal-Danone	Arg.-Brasil	Aquisição
Sadia	Granja I. Arroyos	-	Arg.-Brasil	Joint Venture
Brahma	Londrina	-	Argentina	Joint Venture
Antarctica	Aldex	-	Arg.-Brasil	Parceria
Ceval	Guipeba	-	Argentina	Aquisição
Lacta	Georgalos	-	Arg.-Brasil	Parceria
-	Arcor	-	Brasil	Invest. direto
Arisco	Copisa	-	Argentina	Aquisição
Basilar	Canale	-	Arg.-Brasil	Joint Venture

Fonte: Ernest Young/1997

No caso da Sadia, ela tem integrado setores econômicos diferentes aproveitando as vantagens comparativas de dois países.

A empresa agroindustrial Sadia - uma das dez maiores empresas brasileiras dentro do “setor privado”, a maior consumidora de milho no Brasil, primeira produtora e transformadora de frangos, perus e suínos, segunda produtora de margarinas, azeites e massas em geral - que inaugurou recentemente escritórios em Buenos Aires. Segundo declarações de seu vice-presidente, a empresa planeja exportar

frangos, suínos, e perus para a Argentina (com custos de produção entre 10 a 15% inferiores), e comprar milho, trigo e soja nesse país para servir de ração alimentar para esses mesmos produtos⁷⁸.

Esse exemplo da Sadia permite entender como a abertura comercial acelerada, por um lado favorece as estratégias dos grandes grupos econômicos e por outro lado, prejudica setores importantes das economias nacionais. O Brasil (sede da Sadia), que chegou a auto-suficiência da produção de trigo na safra 1988/9, com a abertura comercial, já em 1993 cerca de 50% do consumo brasileiro era proveniente de importação.

Aos poucos, como protagonistas da acumulação de capital na região, as grandes empresas transnacionais juntamente com os grandes grupos econômicos nacionais vão movendo todo um processo de reorganização de suas atividades. Nesse horizonte, pode-se dizer que há uma territorialidade em formação no cone sul, que está fortemente marcada pelas atividades desses grandes grupos econômicos⁷⁹. Atualmente, 90% da produção e 75% do consumo do MERCOSUL se concentra numa área que envolve grandes cidades como Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, no Brasil; Montevideu, no Uruguai; Rosário, Buenos Aires, Córdoba, Neuquén e Mendoza, na Argentina; Assunção, no Paraguai; Santiago, Valparaíso, Viña del Mar, no Chile; Santa Cruz, na Bolívia.

⁷⁸Delgado, N. G. [et al.] *Estratégias Agroindustriais e Grupos Sociais Rurais, o caso MERCOSUL*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária/UFRRJ, 1996, p. 116.

⁷⁹Vale lembrar que o território da América Latina teve, desde o início, uma estrutura territorial marcada por desequilíbrios e assimetrias das regiões. Isso se deveu ao processo de acumulação de capital em âmbito mundial e as formas pelas quais os países latino-americanos se inseriram nesse processo.

Atualmente, essa massa continental imaginária, batizada como MERCOSUL de fato, alcança desde Belo Horizonte (no Brasil), Santa Cruz (na Bolívia) e Assunção (no Paraguai) até Santiago e Antofagasta (no Chile), Neuquém e Bahia Blanca (na Argentina)⁸⁰.

Nesse processo de reestruturação territorial, os Estados Nacionais aparecem subordinados às estratégias territoriais dos grandes grupos econômicos. O território não é mais regulado pelo Estado, mas pelas grandes empresas.

O Estado constitui um notório ausente no processo de integração. Esse processo estaria sendo fundamentalmente apropriado por grandes agentes privados, pelo que o signo dos atuais processos de integração no cone sul estão tingidos por um forte matiz privado e privatizador, permitindo o avanço do capital sobre o território com menos mediações da parte do Estado do que nas últimas décadas⁸¹.

Em verdade, o Estado deixa de regular o território e passa a criar novas e melhores condições para que o grande capital regule, sem o menor compromisso com os povos desses territórios. Essa situação desencadeia um forte competitividade inter-regional, que por sua vez tende a gerar novos desequilíbrios.

No MERCOSUL, a estrutura territorial em formação se apoia nas regiões

⁸⁰MERCOSUL de Fato - fatores de competitividade para o sucesso empresarial em um novo e forte mercado emergente, *op.cit.*, p.76.

⁸¹Ciccolella, P. J. Desconstrução/Reconstrução do Território. In: Santos, M., Souza, M. A. A., Silveira, M. L. (Orgs.) *Território - Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, p. 300.

melhor preparadas para assimilar as injunções do globalismo e competir em nível internacional, deixando excluídas regiões mais fracas e vulneráveis ao processo globalizante.

Nesse contexto de transição, o processo de reestruturação territorial dá origem a três tipos de regiões que são consideradas beneficiadas pela integração: regiões emergentes ou áreas ligadas aos novos corredores bioceânicos ou eixos de articulação comercial; regiões de fronteira, pouco industrializadas mas orientadas à exportação; e regiões urbanas com um maior desenvolvimento relativo quanto à concentração produtiva e ao capital demográfico (áreas metropolitanas)⁸².

Assim, como vimos, evidencia-se no MERCOSUL a formação de uma estrutura territorial que é configurada a partir das decisões estratégicas dos grandes grupos econômicos, imensamente favorecidos pelo espaço regional criado pelo MERCOSUL.

Já não se desconhece os resultados expressivos produzidos pelo MERCOSUL nos fluxos comerciais inter-regional. Entre 1990 e 1997, por exemplo, o comércio intra-bloco cresceu mais de 400%, saindo de US\$ 4, 1 bilhões em 1990 para mais de US\$20 bilhões em 1997. Intercâmbio comercial Brasil-Argentina foi responsável por 93% do comércio regional, crescendo cerca de 600% entre 1990 e 1997. A

⁸²Cerdan, N. A. G. (Coordenadora do Centro de Estratégias Territoriais para o MERCOSUL - CETEM. Universidade Nacional de Cuyo - Mendoza). Desafio de uma nova estrutura territorial. In: *Gazeta Latinoamericana*, dez. 1997.

dependência entre os países da região cresceu acentuadamente, sobretudo a relação entre Argentina, Paraguai e Uruguai com o Brasil. Em 1990, o Brasil absorvia 11,5% das exportações argentinas. Em 1997, os argentinos exportavam ao Brasil 30% de suas vendas. Em 1990, o Brasil exportava algo em torno de 2% à Argentina. Em 1997, essas exportações chegaram a 12,8%⁸³.

Se por um lado, constatamos que a consolidação do MERCOSUL resultou num crescimento expressivo do comércio inter-regional; por outro lado, também podemos constatar que os acordos do MERCOSUL significaram uma ampla redução dos níveis de proteção alfandegária em relação ao resto do mundo, aumentando principalmente as importações da região em relação ao mundo. Entre 1990 e 1997, enquanto as exportações da região cresceram 47% (de US\$ 42, 3 bilhões para US\$ 62, 3 bilhões), as importações aumentaram em 214% (de US\$ 25 bilhões para US\$ 78, 8 bilhões).

É certo que grande parcela do comércio intra-bloco, como já foi demonstrado, envolve as estratégias das grandes empresas, aproximadamente 60% do comércio total do bloco é realizado no setor intra-industrial liderado pelas empresas transnacionais. Essas empresas também estimulam profundamente as importações de componentes de outras regiões do mundo, fazendo crescer os déficits comerciais dos países do bloco regional.

Na lógica das empresas transnacionais, as relações externas,

⁸³Esses números servem, somente, para nos ajudar a constatar que a consolidação do MERCOSUL aumentou significativamente o intercâmbio comercial inter-regional. Essa ressalva é muito importante, na medida em que esses números podem mudar de acordo com o cenário macroeconômico da região.

comerciais ou financeiras, são vistas, de preferência, como operações internas da empresa, e cerca de metade das transações do comércio internacional já são atualmente operações realizadas no âmbito interno das empresas. As decisões sobre o que importar e o que produzir localmente, onde complementar o processo produtivo, a que mercados internos e externos se dirigir são tomadas no âmbito da empresa, que tem sua própria balança de pagamentos externos e se financia onde melhor lhe convém⁸⁴.

Sem dúvida alguma, as corporações transnacionais têm um poder muito grande no espaço criado pelo MERCOSUL. Nessas circunstâncias, o MERCOSUL tem funcionado como um processo que acelera a conformação dos Estados Nacionais à lógica dos grandes agentes do globalismo. E, por isso, reforça os efeitos nefastos da inserção subordinada dos Estados Nacionais sul-americanos ao processo globalizante.

Embora não se conheça a influência do próprio MERCOSUL nas taxas de desemprego, é notório que a abertura econômica e as mudanças nos métodos de trabalho que vêm ocorrendo na região são componentes importantes. Por exemplo, de 1990 até 1994, o Brasil rebaixou suas tarifas externas de 44% para 14%, em média, o que, somado à introdução de novas tecnologias e à reestruturação produtiva, eliminou nesse período cerca de um terço dos postos de trabalho na indústria, equivalente a 2,5 milhões de empregos⁸⁵.

⁸⁴Furtado, C, op. cit., p.32

⁸⁵Jakobsen, K. *Uma visão sindical em face da ALCA e de outros esquemas regionais*. In: Chaloult, Y. e Almeida, P.R. *Mercosul, Nafta e Alca: A dimensão social*. São Paulo: LTR, 1999. p. 239.

Como vemos, o dinamismo comercial intra-regional vai bem, enquanto os não integrados cada vez mais vão mal.

IV. Integração Regional e Desintegração Nacional

Seriam muitos os desdobramentos teóricos envolvendo o contraponto nação, região e globalização; pois essa problemática tem implicações econômicas, sociais, políticas e culturais. Dentre muitas coisas que poderiam ser aqui assinaladas, devemos destacar a constatação de que o processo de integração regional no cone sul no contexto das políticas liberalizantes e desregulacionistas nos anos 90, ajudou a debilitar os sistemas econômicos nacionais em proveito do grande capital.

Ao defrontar-se com as relações, processos e estruturas que dinamizam a globalização, os países latino-americanos (em especial a Argentina e o Brasil) que há duas décadas já estavam na esteira da internacionalização financeira, acabaram em meados dos anos 80 e início dos anos 90 se submetendo ao ajuste global recessivo gestado nos EUA. Uma submissão das elites internacionalizantes latino-americanas que desembocou numa adoção e generalização de políticas econômicas de cunho neoliberal, desmantelando e reformulando as funções do Estado em prejuízo dos seus povos. Quase uma década depois, esses países se encontram submissos aos agentes da globalização financeira, de tal forma que já não dispõem mais de um sistema financeiro sob comando nacional e a gestão dos assuntos econômicos internos está submetida ao controle dos EUA e os organismos multilaterais como o FMI, o BIRD e a OMC. Além disso, por intermédio da abertura comercial, privatizações ou fusões de suas indústrias, bancos e serviços, já atingiram um elevado grau de transnacionalização de suas economias e continuam esperando que os investimentos

externos possam livrá-los do quadro de regressão produtiva e *apartheid* social que vivenciam. Sob esses aspectos, por caminhos nem sempre muito claros, os países latino-americanos mergulharam no mundo da globalização, incorporando o seu ritmo, seu discurso, suas políticas, seus problemas, como vimos ao longo dessa dissertação. E, em grande parte, a regionalização no cone sul serviu como instrumento de conformação desses Estados Nacionais à lógica globalizante.

Como foi visto, a criação do MERCOSUL se definiu a partir das decisões políticas dos governos Menem e Collor, como mais um instrumento de suas políticas liberalizantes e desregularizantes pactuadas com os grandes agentes do capitalismo global. A análise do *Tratado de Assunção* revelou a centralidade do mercado como fator de dinamização do processo integracionista, e toda a sua orientação liberalizante foi voltada para a atração de investimentos externos que pudessem aumentar a competitividade dos países-membros no mercado externo. Passada quase uma década da assinatura do *Tratado de Assunção*, embora os negócios tenham crescido significativamente dentro da região, não se verifica nenhum aumento da participação desses países no comércio mundial, mas ao contrário, dados da OMC mostram que o Brasil (como exemplo) perdeu participação no comércio mundial nos últimos nove anos, período que coincidiu com a maior abertura do país⁸⁶. Além disso, nessa integração regional movida pelas grandes empresas e voltada para o mercado externo, não se nota nenhuma diversificação da pauta exportadora dos países-membros, mas ao contrário, o que vemos é o reforço das vantagens naturais e/ou competitiva de cada país. Vimos no Capítulo III que as grandes empresas aproveitam a abertura acelerada

⁸⁶ Em 1998, as exportações no mundo todo somaram o montante de US\$ 5, 4 trilhões (dados da OMC); a participação do Brasil nesse montante foi de 0, 95%.

das economias para explorarem as vantagens de cada país. Tal fato tem levado à desarticulação de setores inteiros, que antes da abertura comercial eram voltados para os mercados internos e protegidos por barreiras protecionistas.

Não é possível detectar qualquer mudança no padrão de inserção do Brasil ou da Argentina na economia mundial, nos últimos seis anos; de fato, não se observa nenhum “efeito MERCOSUL” na composição das vendas externas de ambos os países para o resto do mundo.

Essa conclusão é, sem dúvida, preocupante, pois sugere que as vantagens dinâmicas resultantes do processo de integração demoram a ocorrer ou, simplesmente, não ocorrem⁸⁷.

Importa destacar nesse momento, à luz das reflexões acima, que a abertura comercial acelerada não é capaz de funcionar como instrumento indutor de mudanças capazes de aumentar e diversificar a pauta exportadora desses países, e torná-los competitivos no mercado externo. Mas ao contrário, a abertura comercial combinada com uma política macroeconômica recessiva e sem políticas adequadas de fomento e de investimento em Ciência e Tecnologia, acabam debilitando ainda mais os sistemas econômicos nacionais.

Nesse universo, a integração regional vem se dinamizando sob o domínio e estratégias dos grupos financeiros internacionais e das empresas globais às custas da

⁸⁷ Machado, J. B. M.; MarkWald, R. A. *Dinâmica recente do processo de integração do MERCOSUL*. Rio de Janeiro: Texto para discussão do Instituto de Economia da UFRJ / IPEA, 1998, p. 200.

decomposição das economias nacionais. As decisões sobre alocação de recursos, investimentos e exportações estão a cargo desses investidores estrangeiros e de grandes grupos nacionais; onde as noções de produtividade, complementaridade, operacionalidade de fatores de produção, economias de escala, inovações tecnológicas, racionalização do trabalho, atende única e exclusivamente os interesses da acumulação capitalista em âmbito mundial.

Já não pode haver dúvidas que o extraordinário poder econômico privado das grandes empresas produtivas e das organizações financeiras se volta de modo hostil contra as políticas nacionais destinadas à preservação de setores das economias direcionados para os mercados internos. Por isso exigem que os países dessa região se abram à concorrência externa para a aplicação de seus capitais especulativos de um lado, e de outro para a aplicação de seus investimentos produtivos, que se beneficiam da mão-de-obra barata e da perversa competição que travam entre si os países para receberem esses investimentos. Nesse horizonte, os Estados se encontram incorporados pelo mercado, e não ao contrário, com a economia política confinada às fronteiras nacionais. Os grandes grupos querem ampla liberdade de ação, sem qualquer entrave, e mediante a reorganização do território nacional para além de suas fronteiras, tal como o MERCOSUL, o capital transnacional desenvolve sua reestruturação. Desse modo, a integração regional fundada nos princípios da concorrência externa, ou seja, a primazia do livre mercado; aos poucos ampliam os mercados para as corporações globais ao mesmo tempo que colabora para o esfacelamento das economias domésticas, abolindo as barreiras ao movimento do capital.

Nessa esteira, as empresas estatais são assumidas pelo capital internacional; as pequenas e médias empresas são encurraladas pela concorrência e os impostos, enquanto que o capital estrangeiro goza de importantes isenções de impostos; os pequenos e médios agricultores que não são integrados às cadeias agroindustriais comandadas pelos grandes grupos, são levados à ruína. No Uruguai, como exemplo, diversas fábricas que antes da abertura econômica estavam voltadas ao abastecimento do mercado interno uruguaio, como os setores da indústria têxtil, material de construção e chocolates; após a redução das barreiras alfandegárias foram fechadas, eliminando algo em torno de 70 mil postos de trabalho.

Por tudo isso, fica difícil fugir da constatação de que a integração regional baseada nos princípios do livre mercado e monitorada pelos grandes agentes do globalismo, colabora significativamente para suspender as possibilidades de projetos nacionais em nossos países. E até mesmo a articulação de projetos regionais, que visem retirar esses países da triste situação em que se encontra. Mais uma vez, o exemplo Uruguai, que ao se associar ao MERCOSUL, atrelou o seu destino econômico ao Brasil e à Argentina, ou seja, o mercado externo; qualquer crise que se produza nesses dois países, provoca estragos aos uruguaios. Os salários em queda no Brasil diminuem as importações de carne do Uruguai; quando se modifica as relações cambiais com a Argentina, diminui o turismo no Uruguai. Ainda como exemplo, a Argentina, prisioneira da dolarização e atada a compromissos liberalizantes no MERCOSUL, tem vivenciado o agravamento de sua crise econômica, após a desvalorização da moeda brasileira. Parece ser este, aliás, o triste caminho dos países

que abandonaram o cenário nacional e optaram pela suspensão da regulamentação macroeconômica orçamentária e se renderam à utopia liberalizante.

O livre comércio separa geograficamente, cultural e psicologicamente a oferta da demanda. Ele associa os produtores de um país A aos consumidores dos países B, C, D, E e vice-versa. Tanto do ponto de vista da nação quanto do empresário, a demanda global se dissocia em dois componentes, a demanda interna e a demanda externa, que pode ser resumida na equação fatídica $D_g = D_i + D_x$ ⁸⁸.

A liberalização econômica destrói a coesão das economias nacionais, na medida que a redução das tarifas alfandegárias, acaba com a complementaridade envolvendo produção interna e consumo interno. Nesse sentido, o cenário fundamental do desdobramento das forças produtivas e do consumo deixa de ser a Nação, mas o mercado mundial do capital e do trabalho. Assim, os empresários vêem nos salários um fator de produção que atrapalha a competição externa, reduzindo-os; os Estados, centros administrativos das nações, acabam se comportando como empresas entregando-se aos cultos da redução dos *déficits* públicos, da guerra fiscal, sem a menor proposta social. Além disso, a redução das tarifas alfandegárias leva à queda das receitas aduaneiras dos Estados Nacionais, provocando um impacto negativo sobre as finanças públicas, diminuindo por conseqüência, a capacidade interventora dos Estados Nacionais. Na medida que avança a liberalização econômica

⁸⁸Todd, E. *A Ilusão Econômica: ensaio sobre a estagnação das sociedades desenvolvidas*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1999, p. 177.

adaptada à incessante concorrência externa vão se destruindo os interesses da sociedade como um todo, e o individualismo se exacerba em todas as esferas.

As elites liberalizantes e internacionalizantes desta região que elegeram os Estados Nacionais como principais inimigos a serem combatidos, entusiasmam-se com o dinamismo comercial do MERCOSUL, encantam-se com os produtos importados, porém esquecem de dizer que o aumento significativo das desigualdades internas de cada sociedade é o que garante o desenvolvimento de mercados parciais de privilegiados. Sem dúvida alguma, esse mercado de privilegiados ou a demanda dos privilegiados da nova fase do capitalismo, no caso latino-americano tem a ver com os resultados das políticas de abertura e desregulamentação negociadas com os grandes agentes do capitalismo global. Na Argentina, por exemplo, quando começou o plano de estabilização em 1991, os 10% mais ricos ganhavam 15 vezes mais que os 10% mais pobres; em agosto de 1998, a diferença chegou a 25 vezes⁸⁹.

Por fim, deve-se reafirmar, que o desenvolvimento do MERCOSUL constituiu-se num importante instrumento de estímulo a redução das tarifas alfandegárias, privatização e desregulamentação. Tudo isso dentro de um contexto de liberalização das economias da região sintetizada na proposta dos grandes agentes do capitalismo global e referendada na submissão de nossas elites internacionalizantes. Hoje, essas elites, que nem moedas possuem mais, talvez estejam tramando um vôo mais alto, estimuladas pela proposta norte-americana da ALCA. Mas isso há que se verificar.

⁸⁹Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Censo - INDEC.

Bibliografia

ALMEIDA, A. J. (Org.) *Mercosul: integração e impacto sócio-econômico*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

ALMEIDA, P. R. De Bretton Woods a Bretton Woods: a longa marcha da URSS de volta ao FMI. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 2, Ano 37, 1994.

ALMEIDA, P. R. *O MERCOSUL no Contexto Regional e Internacional*. São Paulo: Editora Aduaneiras, 1995.

ALVES, J. *Mercosul: características estruturais de Brasil, Argentina Paraguai e Uruguai*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

AMADO, L. C.; WOLFGANG, D. (Orgs.) *Relações Internacionais dos Países Americanos*. Brasília: Editora UnB, 1994.

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Editora Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M. (Orgs.) *De JK a FHC, a reivenção dos carros*. São Paulo: Editora Scritta, 1997.

ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

AYERBE, L. F. *Neoliberalismo e Política Externa na América Latina: uma análise a partir da experiência argentina recente*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

BAER, M., LICHTENSZTEJN, S. *Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial - estratégias e políticas do poder financeiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BANDEIRA, M. *O Eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina*. Brasília: Editora UnB, 1987.

BANDEIRA, M. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1998)*. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.

BAPTISTA, L. O. *Mercosul: a estratégia legal dos negócios*. São Paulo: Editora Maltese, 1994.

BATISTA, P. N. et al. *Em Defesa do Interesse Nacional*. Rio de Janeiro:

Editora Paz e Terra, 1995.

BATLLE IBAÑEZ, J.; VERA, T.; SARTHOU, H. *Uruguai y el Mercosur.* Montevideo: Universidad, Cuadernos de la Integración, 1991.

BIONDI, A. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado.* São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 1999.

BRANDÃO, A.S.P., PEREIRA, L. V. (orgs.) *Mercosul: perspectivas da integração.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

BRUNHOFF, S. *A Hora do Mercado.* São Paulo: Editora Unesp, 1991.

BUCHANAN, J. M. *El Cálculo del Consenso - fundamentos lógicos de una democracia constitucional.* Madrid: Editora Espasa - Calpe, 1980.

BUCHANAN, J. M., MECORMICK, R. E., TOLLISON, R. D. *El análisis económico de lo político - lecturas sobre la teoría de la elección pública.* Madrid: Instituto de Estudios Económicos, 1984.

BUENO, C. *Passado e Presente das Relações Brasil-Argentina.* São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, Coleção Documentos, 1997.

BUTLER, E. *A Contribuição de Hayek às Idéias Políticas e Econômicas de*

Nosso Tempo. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.

CANO, W. *Reflexões sobre o Brasil e a Nova Desordem Internacional*. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1995.

CERVO, A. L.; RAPOPORT, M. (Orgs.) *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora Revan; Brasília: Editora UnB, 1998.

CHALOULT, Y.; ALMEIDA, P. R. (Orgs.) *Mercosul, NAFTA e ALCA: a dimensão social*. São Paulo: LTR, 1999.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. (Coord.) *A Mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Editora Xamã, 1998.

CHIARELLI, C. A. G. *Temas de Integração com enfoques no Mercosul*. São Paulo: LTR, 1997.

CHOSSUDOVSKY, M. *A Globalização da Pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Editora Moderna, 1999.

CONCEIÇÃO TAVARES, M. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora

Zahar, 1981.

CONCEIÇÃO TAVARES, M. *Destruição Não Criadora*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

CONCEIÇÃO TAVARES, M.; FIORI, J. L. *Desajuste Global e Modernização Conservadora*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.

CONCEIÇÃO TAVARES, M.; FIORI, J. L. (Org.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

DE PIZZOL, J. C. (Org.) *Mercosur: clarousco de una integración*. Montevideo: Editora Fin de Siglo, 1991.

DELGADO, N. *Estratégias agro-industriais e grupos sociais rurais: o caso do Mercosul*. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1996.

Economia e Sociedade: Revista do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

Experiências de Estabilização na América Latina: lições para o Brasil. In: *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*, n. 1, v. 21, abr. 1991.

FIORI, J. L. *Os Moedeiros Falsos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

FREITAS, C. E. Coordenação de Políticas Macro-econômicas no MERCOSUL. In: *Boletim de Conjuntura Internacional*. Brasília: FGV, 1994.

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985.

FRIEDMAN, M., FRIEDMAN, R. *Liberdade de Escolher*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

FURTADO, C. *Brasil, a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

FURTADO, C. *O Capitalismo Global*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998.

FURTADO, C. *Transformação e Crise na Economia Mundial*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

GARRÉ COPELLO, B. *El Tratado de Assunción y el Mercado común de Sur (Mercosur): los megablocos económicos y América Austral*. Montevideo: Editora Universidad, 1991.

Gazeta Mercantil Latino-Americana- Semanários do MERCOSUL. Boletim de Integração Latino-Americana. Brasília: Ministério das Relações Exteriores.

GÉNÉREUX, J. *O Horror Político*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1998.

GONÇALVES, R. [et al.] *A Nova Economia Internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

HAYEK, F. A. *Fundamentos da Liberdade*. Brasília: Editora UnB, 1981.

HAYEK, F. A. *O Caminho da Servidão*. Porto Alegre: Editora Globo, 1977.

HIRST, P., GRAHAME, T. *Globalização em Questão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

HOBBSBAWN, E. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

IANNI, O. *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

IANNI, O. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IANNI, O. *O Labirinto Latino-Americano*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1993.

IANNI, O. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

KEYNES, J. M. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

KORTEN, D. *Quando as Corporações regem o Mundo*. São Paulo: Editora Futura, 1996.

KRUGMAN, P. R. *Internacionalismo Pop*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KURZ, R. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.

KURZ, R. *Os Últimos Combates*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

LAFER, C. Reflexões sobre o tema da Nova Ordem Mundial num Sistema Internacional em formação. In: LAMOUNIER, B. *A Ciência Política nos Anos 80*. Brasília: UnB, 1992.

LATOUCHE, S. *A Ocidentalização do Mundo*. Petrópolis: Editora Vozes,

1994.

LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M.; NABUCO, M. R. (Orgs) *Integração, Região e Regionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1994.

MACHADO, J.B. M.; MARKWALD, R. A . *Dinâmica Recente do Processo de Integração do MERCOSUL*. Rio de Janeiro: Funcex, 1997.

MACPHERSON, C. B. *Teoria Política do Individualismo Possessivo: de Hobbes a Locke*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

MANDEL, E. *A Crise do Capital*. São Paulo: Editora Ensaio; Campinas: Editora Unicamp, 1990.

MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1995.

MERCOSUL – O desafio da Integração do Cone Sul, Relatório Econômico Andima.

MERCOSUL – Origem, Legislação, Textos Básicos – Departamento de Integração Latino-Americana. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1992.

MERCOSUL de Fato! - fatores de competitividade para o sucesso empresarial em um novo e forte mercado emergente. São Paulo: Editora Makron

Books, 1998.

MERCOSUL: integração na América Latina e relações com a Comunidade Européia (vários autores). São Paulo: Editora Cajá, 1993.

MISES, L. *O Mercado*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1987.

MONTOYA, S. *Asimetrías sociales en el Mercosur*. Córdoba: Ieeral, Fundación Konrad Adenauer, 1993.

MOROSINI, M. C. (Org.) *Mercosul/Mercosur: Políticas e Ações Universitárias*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

OFFE, C. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

ORTIZ, R. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

PENNA, J. *La Industria Alimenticia Argentina: una revisión dela situación actual*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, Coleção Documentos, 1997.

PETRAS, J. *Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina*. São

Paulo: Xamã, 1999.

POPPER, K. *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1974.

PORTA, F. *La Inversión Extranjera Directa en la Argentina en los años 90*. Buenos Aires: CENIT, Universidade Nacional de Quilmes, 1997.

ROLÓN LUNA, J. (Ed.) *Mercosur: integración, la sinonimia inexistente, subordinada*. Asunción: Fondad, Base Investigaciones Sociales, Documento de Trabajo, 1995.

SADER, E. e GENTILI, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A; SILVEIRA, M. L. (Orgs.) *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SATO, E. Do Gatt à Organização Mundial do Comércio: as transformações da Nova Ordem Internacional e a harmonização de Políticas Comerciais. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 2, Ano 37, São Paulo, 1994.

SCARLATO, F.C. [et. al.] *Globalização e Espaço Latino Americano*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SCHAPOSNIK, E. C. *As Teorias da Integração e o Mercosul*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

SEITENFUS, R. (Org.) *A Agropecuária Brasileira e o MERCOSUL*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, Coleção Documentos, 1992.

SEITENFUS, R. (Org.) *Os Países Integrantes do MERCOSUL – Realidades e Perspectivas*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, Coleção Documentos, 1992.

SMITH, A. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1992.

SOARES, E. B. *MERCOSUL: Desenvolvimento Histórico*. São Paulo: Editora Oliveira Mendes, 1997.

SWEEZY, P. *O Triunfo do Capital Financeiro*. São Paulo: Revista Novos Rumos, ano 10, n. 10, 1995.

TAVARES, J. A. G.; ROJO, R. E. (Orgs.) *Instituições Políticas Comparadas dos Países do Mercosul*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

THORSTENSEN, V. [et al.] *O Brasil frente ao mundo dividido em blocos*. São Paulo: Editora Nobel, 1994.

THORSTENSEN, V. *Comunidade Européia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

TODD, E. *A Ilusão Econômica: ensaios sobre a estagnação das sociedades desenvolvidas*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1999.

VACCA, G. Estado e Mercado, Público e Privado. In: *Revista Lua Nova/Cultura e Política*. São Paulo: Editora Marco Zero, n. 24, set. 1991.

VELLOSO, J. P. R. (org.) *Mercosul e Nafta: o Brasil e a integração hemisférica*. Rio de Janeiro: Editora José Olimpyo, 1995.

VENTURA, D. F. L. (Org.) *Direito Comunitário do Mercosul*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

VIGEVANI, T.; VEIGA, J. P. *MERCOSUL: Interesses e Mobilização Sindical*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, Coleção Documentos, 1995.

VILLARREAL, R. *A Contra-Revolução Monetarista*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1994.

WIONCZEC, M. C. *A Integração Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966.